

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**FÁBIO ROBERTO JOÃO HENRIQUES**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

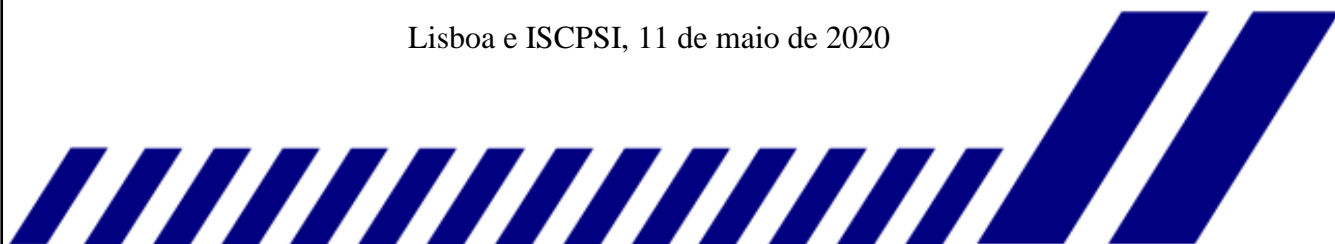
XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Influência do Desenho Urbano na Criminalidade: *Contributos para a Prevenção e Combate do Crime no Bairro Catambor, Luanda - Angola***

Orientador:

**SUPERINTENDENTE PROFESSOR DOUTOR JOSÉ JOAQUIM ANTUNES FERNANDES**

Lisboa e ISCPSI, 11 de maio de 2020



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**FÁBIO ROBERTO JOÃO HENRIQUES**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

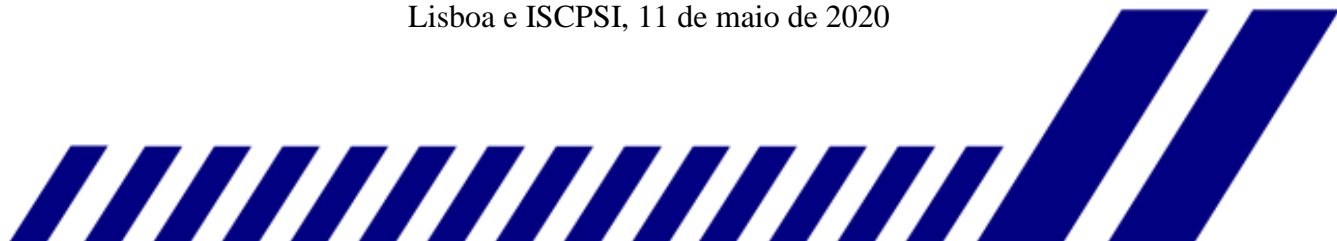
XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Influência do Desenho Urbano na Criminalidade: *Contributos para a Prevenção e Combate do Crime no Bairro Catambor, Luanda - Angola***

Orientador:

**SUPERINTENDENTE PROFESSOR DOUTOR JOSÉ JOAQUIM ANTUNES FERNANDES**

Lisboa e ISCPSI, 11 de maio de 2020





<b>Estabelecimento de ensino:</b>	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
<b>Curso:</b>	XXXIIº CFOP
<b>Título:</b>	A INFLUÊNCIA DO DESENHO URBANO NA CRIMINALIDADE: <i>CONTRIBUTOS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE DO CRIME NO BAIRRO CATAMBOR, LUANDA – ANGOLA</i>
<b>Autor:</b>	FÁBIO ROBERTO JOÃO HENRIQUES
<b>Local de edição:</b>	LISBOA E ISCPSI
<b>Editora:</b>	ISCPSI
<b>Data de edição:</b>	11 DE MAIO DE 2020
<b>Orientador:</b>	SUPERINTENDENTE PROFESSOR DOUTOR JOSÉ JOAQUIM ANTUNES FERNANDES

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Policiais, sob orientação do Superintendente Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes.

## ÍNDICE GERAL

Dedicatória .....	v
Agradecimentos.....	vi
Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos .....	vii
Resumo.....	viii
Abstract .....	ix
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
 <b>CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>5</b>
1.1 . Conceito de Desenho Urbano .....	5
1.1.1. Conceito e breve resumo sobre a cidade.....	6
1.2. Incivildades e sentimento de insegurança.....	9
1.3. A Escola de Chicago e o discurso do espaço urbano como fator criminógeno ...	11
1.4. Teoria dos vidros partidos .....	12
1.5. Teoria da desorganização social .....	14
1.6. CPTED “Prevenção Criminal Através do Espaço Construído”.....	15
1.6.1. Conceito e princípios básicos.....	15
1.6.2. Precusores da abordagem CPTED (Jane Jacobs, Óscar Newman, Rey Jeffery e Timothy Crowe).....	16
1.6.3. Princípios básicos do CPTED .....	20
1.7. Teoria da prevenção situacional.....	23

## **CAPÍTULO II: DA ATUAÇÃO POLICIAL PELOS MODELOS DE POLICIAMENTO .....25**

2.1. Controlos sociais .....	25
2.1.1. Controlo social formal .....	26
2.1.2. Controlo social informal .....	26
2.2. Conceito de Polícia .....	27
2.3. Modelos de policiamento .....	28
2.3.1. Policiamento de Proximidade .....	29
2.3.1.1. O modelo de policiamento vigente em Angola.....	31
2.3.2. Policiamento Orientado pelas Informações (POI) .....	32
2.3.3. Policiamento Orientado para o Problema (POP) .....	34

## **CAPÍTULO III: POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA E CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO CATAMBOR .....37**

3.1. A Polícia Nacional de Angola (enquadramento legal e atribuições) .....	37
3.1.1. Caraterização da Polícia Nacional de Angola.....	37
3.1.2. Enquadramento legal e atribuições .....	38
3.2. Breve caraterização geográfica da província da Luanda.....	39
3.3. Quadro Legal de acesso à parcela de terra, para habitação em Angola .....	40
3.4. Bairro Catambor (caraterização geográfica e socioeconómica) .....	41
3.4.1 Situação socioeconómica .....	43
3.4.2. A criminalidade no bairro .....	44

## **CAPÍTULO IV: OPÇÕES METODOLÓGICAS .....46**

4.1. Enquadramento metodológico geral .....	46
4.1.1. Método .....	47
4.1.2. Tipo de pesquisa .....	47
4.1.3. Técnica de recolha de dados .....	48

4.1.4. Participantes .....	48
4.1.5. Corpus .....	48
4.1.6. Entrevistas .....	49
4.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	49
4.2.1. Procedimento .....	51
4.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	52
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES ESTRATÉGICAS .....	56
4.4.1. Introdução .....	56
4.4.2. Confirmação dos objetivos .....	57
4.4.3 Resposta ao problema da investigação .....	58
4.4.4. Conclusão final .....	58
4.4.5. Sugestões estratégicas .....	59
4.4.6. Limitações da investigação .....	60
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>61</b>

## ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndices .....	69
Apêndice A - Solicitação de autorização para a realização das entrevistas .....	70
Apêndice B - Guião de entrevistas .....	72
Apêndice C - Quadro 1: Matriz de categorias .....	74
Apêndice D - Resumo da análise categorial .....	82
Apêndice E - Quadro 2: Resumo dos princípios do modelo CPTED .....	83
Apêndice F - Quadro 3: Resumo das medidas de prevenção situacional .....	84
Apêndice G - Quadro 4: Resumo dos modelos de policiamento .....	85

## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexos.....	87
Anexo 1 - Autorização para realização de entrevista.....	88
Anexo 2 - Parecer do Comandante da 5ª Esquadra, para aplicação das entrevistas .....	89
Anexo 3 - Figura 3: Entrada principal do bairro Catambor .....	90
Anexo 4 - Figura 4: Becos de acesso ao bairro e residências .....	91
Anexo 5 - Figura 5: Residências degradadas e abandonadas.....	92

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Localização do bairro Catambor em Luanda.....	41
Figura 2- Vista geral do bairro Catambor .....	42

## **Dedicatória**

À memória de meus pais.



## Agradecimentos

A elaboração desta dissertação foi possível graças ao apoio de pessoas que sempre acreditaram em mim, por isso, foi aqui reservado o momento e oportunidade para estender os mais sinceros agradecimentos a todos.

Primeiramente a Deus, o onnipresente, por me ter velado dia e noite durante cinco anos e tornar real tão ambicioso sonho.

Ao meu orientador, que abraçou o desafio de seguirmos com a construção desta dissertação, mas apesar das suas muitas ocupações profissionais, tem tamanha simplicidade e uma visão que a muitos inspira.

Aos camaradas do XXXIIº Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pelo espírito de camaradagem, veículo que conduziu a nossa peregrinação e nos trouxe até esta meta.

Agradecimento especial à minha esposa e filhos, os mais sacrificados com a minha ausência e por isso, fica aqui o compromisso de retribuir todos os dias que não de vir cada carinho, cada gesto e dedicação recebido por vós.

Aos meus irmãos, pela força que me deram, todas as vezes que me senti fraco e impotente para seguir.

Quero de um modo peculiar, agradecer aos meus compatriotas e a toda a comunidade africana, que tudo fizeram para que me sentisse em casa e em família ao longo da formação. A escola da vida por vezes prega-nos com armadilhas e quando mais precisei foram eles a minha família. Com vocês aprendi o verdadeiro significado do ubuntu “ser com todos” e “todos por um”. O meu muito obrigado camaradas.

À todos, que de um modo geral contribuíram de forma incondicional para que esta formação fosse possível.

## Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos

ANGOP:	Agência Angola Press
CMI:	Chr. Michelsen Institute
CPPA:	Corpo de Polícia Popular de Angola
CPTED:	Crime Prevention Through Environmental Design
CRA:	Constituição da República de Angola
DGOTDU:	Direção–Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGAI:	Direção-Geral da Administração Interna
EUA:	Estados Unidos da América
ISCPSI:	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PALOP:	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PSP:	Polícia de Segurança Pública
PNA:	Polícia Nacional de Angola
POI:	Policimento Orientado pelas Informações
POP:	Policimento Orientado para o Problema

## Resumo

A presente dissertação teve como objetivo estudar o desenho urbano do bairro Catambor e a sua influência na criminalidade, afim de contribuir com medidas de prevenção e combate do crime. Para tal, foi formulada a seguinte questão de investigação: Será que o desenho urbano do bairro Catambor influencia a criminalidade?

Para a recolha dos dados foi utilizada a entrevista como instrumento e a sua análise assentou no método de abordagem qualitativa para tratar os dados recolhidos e posterior análise de conteúdo. A análise efetuada ao desenho urbano do bairro Catambor permitiu constatar que o modo como o bairro foi construído, maioritariamente por becos e escassez de iluminação pública, tem contribuído para que este seja uma das principais fontes de criminalidade e insegurança naquele bairro sito na capital de Luanda. Para contrapor esta realidade foi proposto um conjunto de estratégias que irão permitir melhorar a imagem urbana e colocar a criminalidade em níveis mais baixos e aceitáveis.

Como medidas, foram sugeridas a requalificação do bairro e caso não seja exequível num curto espaço de tempo, procede-se a criação de um programa de iluminação das ruas com a participação dos moradores e à instalação de um posto policial avançado para mitigar a criminalidade e inibir a prática de crimes sobretudo à noite.

**Palavras-chave:** Desenho urbano, influência, criminalidade, prevenção, combate.

## Abstract

This dissertation aimed to study the urban design of the Catambor neighborhood and its influence on crime, in order to contribute with measures to prevent and combat crime. To this end, the following research question was asked: Does the urban design of the Catambor neighborhood influence crime?

For data collection, the interview was used as an instrument and its analysis was based on the qualitative approach method to treat the collected data and subsequent content analysis. The analysis carried out on the urban design of the Catambor neighborhood showed that the way the neighborhood was built, mostly due to alleys and a lack of public lighting, has contributed to making it one of the main sources of crime and insecurity in that neighborhood in the capital of Luanda. To counteract this reality, a set of strategies has been proposed that will allow improving the urban image and putting crime at lower and acceptable levels.

As measures, the requalification of the neighborhood was suggested and if it is not feasible in a short period of time, a street lighting program will be created with the participation of residents and an advanced police station will be installed to mitigate crime and inhibit the practice of crimes especially at night.

**Keywords:** Urban design, influence, crime, prevention, combat.

## **Introdução**

Indiscutivelmente, “o modo como concebemos e concretizamos o desenvolvimento das nossas cidades, como planeamos e gerimos os bairros (...) são fatores decisivos para que as nossas sociedades sejam mais coesas, para melhor qualidade de vida urbana e para que os cidadãos vivam e se sintam em segurança” (Direção–Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [DGOTDU], 2011, p. 8).

Pese embora reconheçamos a pobreza, a desigualdade e a exclusão social como principais indicadores da evolução da criminalidade em determinada área, não se pode colocar de parte, na análise das causas da criminalidade as características físicas e urbanas do local, dada a sua relevância na inibição ou motivação para o cometimento de crimes.

Durante anos, grande parte de estudiosos maioritariamente teóricos, dedicaram-se mais às questões penais e na identificação dos traços da personalidade do indivíduo, mas ignoraram muitas vezes o contexto físico ou espaço urbano como possível fator influenciador da prática de crimes.

Contudo, foi a partir da década de 60, do século passado, que vários estudos relacionados com o espaço urbano e, ocorrências criminais começaram a ser desenvolvidos (Ferreira, 2013). Frequentemente, no seu discurso científico, tanto criminólogos como especialistas das mais diversas áreas encarregues da prevenção do crime, têm cada vez mais consciência da importância de se estudar os locais onde os crimes são praticados tal como em residências ou nas ruas. O principal objetivo desses especialistas é compreender a maneira como os crimes são praticados e quais os efeitos das medidas preventivas a serem implementadas nesses espaços (Fernandes, 2019).

Com a origem da Escola de Chicago, surge no discurso académico uma nova abordagem do crime e suas causas (denominada de ecológica). Esta visão, partilha a ideia de que a criminalidade, sobretudo local, pode estar também associada as características físicas do meio ambiente. Assim, esta escola promoveu grandes debates em volta do planeamento e arquitetura urbana onde apontam as carências e erros de planeamento urbano e a sua relação com os problemas sociais principalmente com os jovens. Deste modo, a Escola de Chicago apelou para a necessidade de uma maior intervenção dos poderes públicos no melhoramento de infraestruturas e do ambiente envolvente de modo a contribuir para a diminuição da pressão criminal e aumento do controlo social (Faria, 2015).

Assim sendo, os problemas de ordenamento do território em bairros construídos de forma desordenada, sem o devido acompanhamento das instituições de direito, a presença insuportável de incivildades como degradação de ruas, edifícios e a insuficiente iluminação pública podem atrair sentimento de insegurança e à prática de crimes. Deste modo, pode-se afirmar que o adequado planeamento do desenho urbano concorre indubitavelmente para o melhor funcionamento e utilização dos espaços urbanos e a promoção da segurança considerada primária.

De acordo com Fernandes (2019), “a criminalidade urbana divide-se (...) em dois tipos: a que compara as cidades, tentando compreender porque é que algumas têm taxas de criminalidade mais elevadas (...), e aquela que se concentra em explicar as variações nos níveis de criminalidade dentro de determinados espaços das cidades” (p. 119).

Importa lembrar que Angola, após o período colonial foi palco de uma guerra civil que durou quase meio século, um contexto que obrigou a deslocação de populações do interior do país para a sua capital Luanda na procura de refúgio. Este processo, desencadeou um fenómeno ilegal de ocupação de terras cuja consequência foi o surgimento de muitos bairros de forma ilegal e desordenados, muitos deles considerados hoje como bairros problemáticos em termos securitários como é o caso do bairro Catambor.

Relativamente ao bairro Catambor, sito no centro da cidade de Luanda, pretende-se analisar a sua configuração urbanística, que no nosso entender apresenta um cenário ainda preocupante relativamente à criminalidade, devido grandemente à existência de construções desordenadas e de incivildades. Por esse motivo, verifica-se uma falta de capacidade na prevenção do crime, e em promover o sentimento de segurança trazendo de igual modo enormes obstáculos à intervenção policial de resposta rápida a ocorrências criminais e/ou pedido de intervenção urgente no interior do bairro, principalmente no período noturno. Tendo em conta a característica arquitetónica do bairro, julgamos que este fator dificulta a mobilidade da polícia e dos meios policiais que se faz com um grau acentuado de dificuldade. Se pensarmos, por exemplo, na necessidade de se chegar rapidamente ao local de crime para impedir a ação criminosa e evitar situações piores à vítima, este fator urbanístico dificulta muito a rápida intervenção dos meios. Esta realidade, despertou a nossa atenção para o seguimento desta investigação.

Segundo Gouveia (2018), “a prevenção (...) da criminalidade faz com que a atividade policial atenuar antes, (...) da prática de crimes” (p. 556). Também Valente (2019) refere que “à polícia cabe prosseguir uma atividade de prevenção criminal na função de vigilância e de prevenção criminal (...) capaz de evitar o perigo dessas lesões ou a colocação em perigo de

lesão desses bens jurídicos (...)” (p. 59). Fica assim a noção de que a atividade policial não se aplica nem se esgota apenas no combate do crime.

Assim, pretende-se com esta investigação partilhar a ideia de que “os contributos das FS além de se concentrarem no combate ao crime, devem também atuar numa forma de atuação mais sustentável: a integração do conhecimento destes profissionais nos projetos urbanísticos, desde o momento da sua conceção” (Bratton & Kelling, *cit in* Baptista, 2015, p. 2).

Esta é exatamente a essência da nossa dissertação, analisar as condições arquitetónicas do bairro Catambor e o seu impacto na criminalidade com o propósito de contribuir com medidas de prevenção criminal através do melhoramento do espaço urbano, tornando simultaneamente o trabalho operacional da polícia mais exequível.

Acreditamos que, conhecendo melhor estudos já realizados sobre o desenho urbano e o seu impacto na criminalidade, estaremos à altura de propor um conjunto de estratégias de prevenção e combate que coloque a criminalidade dentro dos limites suportáveis, no bairro Catambor, e quiçá em bairros análogos.

Considerando a realidade do desenho urbano do bairro Catambor, que hipoteticamente pode ser uma das possíveis causas da criminalidade, reveste-se de grande importância o estudo desta temática, que decerto nos permitirá desenvolver estratégias para prevenir o crime e facilitar as ações interventivas da Polícia.

Diante do contexto do bairro acima exposto, pretendemos colocar a seguinte questão de investigação: **Será que o desenho urbano do bairro Catambor influencia a criminalidade?**

Quanto aos objetivos, genericamente o nosso estudo procurou analisar a estrutura urbana do bairro Catambor e a sua realidade criminal.

Especificamente, procurou-se:

- Saber das autoridades locais a avaliação que fazem à organização urbana do bairro Catambor;
- Avaliar os acessos das ruas e residências e a sua facilidade/dificuldade em casos de notificação e cumprimento de mandado de detenção ou buscas, pela polícia;
- Saber se a Polícia e responsáveis da administração do bairro conhecem o modelo «CPTED» (*Crime Prevention Through Environmental Design*);
- Saber se as Forças de Segurança são solicitadas aquando da implementação de projetos no interior do bairro, para dar o seu parecer acerca da segurança;

- Definir estratégias que contribuam para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, para além das medidas adotadas pela esquadra local.

No que tange à sua estrutura, a nossa dissertação irá apresentar uma introdução, quatro capítulos e por fim uma conclusão.

O primeiro capítulo ocupar-se-á do estado da arte, que certamente nos remeterá a uma revisão cuidadosa da literatura disponível sobre a temática onde serão desenvolvidos conceitos básicos fundamentais para a melhor compreensão do estudo.

No segundo capítulo abordar-se-á de um modo geral sobre a atuação policial, a começar por uma breve alusão dos controlos sociais, o conceito de Polícia e, para finalizar o capítulo falaremos de alguns modelos de policiamento que entendemos serem relevantes à esta temática.

O terceiro capítulo tratará da Polícia Nacional de Angola, o seu enquadramento legal e atribuições e por fim a caracterização geográfica de Luanda e do bairro Catambor.

No quarto e último capítulo, trataremos da parte metodológica, nomeadamente o método aplicado, tipo de pesquisa, as técnicas usadas para recolha de dados, o tratamento e análise desses dados. Seguidamente, procederemos à análise e discussão dos resultados obtidos com o objetivo de dar resposta à pergunta central de partida e objetivos traçados. Por último, e não menos importante, apresentaremos as considerações finais e respetivas sugestões para aplicação futura no estudo ao bairro Catambor e quiçá em contextos semelhantes. E como em qualquer trabalho científico apresentaremos as limitações e dificuldades sentidas ao longo dessa investigação.



## CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo é dedicado ao estado da arte do nosso estudo nomeadamente, conceitos básicos e teorias que entendemos serem relevantes para uma melhor compreensão do desenho urbano, a sua influência na criminalidade e por fim algumas medidas de prevenção criminal. No decorrer deste capítulo fez-se uma abordagem não muito exaustiva sobre o conceito e surgimento da cidade, de seguida, abordou-se sobre o espaço público, incivildades e o sentimento de insegurança. Quanto às teorias, apresentou-se, primeiramente e de modo sintetizado, o contributo da Escola de Chicago no discurso do espaço urbano como fator crimínogeno, de seguida a teoria dos vidros partidos e a teoria da desorganização social. Abordou-se ainda sobre o modelo CPTED e para finalizar o capítulo, tratou-se sobre a teoria da prevenção situacional.

### 1.1. Conceito de Desenho Urbano

O desenho urbano pode ser definido como “o conjunto das soluções morfológicas e tipológicas referentes à forma urbana, abarcando a relação entre a arquitetura e o espaço público e semipúblico” (Costa, 2006, p. 18). Neste ponto, acresce que “o desenho urbano é uma disciplina tradicional do urbanismo que esteve particularmente na moda quando este se concretizava sobretudo através de planos de promenor. O desenho urbano foi especialmente utilizado no planeamento das “novas cidades”, englobando a organização de toda a cidade (...)” (DGOTDU, 2011, p. 8).

Deste modo, achou-se necessário integrar os conceitos de urbanismo, urbanização, suburbanização e estrutura urbana, conceitos relacionados com o desenho urbano.

Assim sendo, o **urbanismo** “é uma disciplina do planeamento que lida com o desenvolvimento físico, social, económico e ambiental das regiões metropolitanas, dos municípios e dos bairros. O urbanismo concretiza-se através da elaboração de planos de uso do solo (...) do ambiente e da edificação” (DGOTDU, 2011, p. 31).

Já a **urbanização** “é um processo de longo prazo, caracterizado pelo aumento da percentagem de população a viver nas cidades e pela extensão geográfica das áreas urbanas. (...) o processo de urbanização de uma região tem efeitos profundos na sua economia e ecologia” (DGOTDU, 2011, p. 32).

No que concerne à **suburbanização** “é um processo relacionado com o desenvolvimento de subúrbios em torno das grandes cidades e áreas metropolitanas. O processo de suburbanização é gerado pelo crescimento demográfico (...) e pela reestruturação interna das cidades” (DGOTDU, 2011, p. 30).

Quanto à **estrutura urbana** “(...) esta pode ser caracterizada a partir dos principais elementos e funções existentes na área urbana, como a morfologia da cidade (...) a distribuição e desorganização social (...)” (DGOTDU, 2011, p. 13).

#### **1.1.1. Conceito e breve resumo sobre a cidade**

Falar sobre a cidade, obriga-nos a uma peregrinação na história, com o propósito de percebermos as transformações sofridas até hoje, tal como refere Castro (2014) ao dizer que “compreender o processo que originou a cidade (...) significa entender as fases de determinados estágios atingidos pela sociedade por meio do desenvolvimento político, social, urbano e económico ao longo da história humana no planeta” (p. 40).

Para Rolnik (2009), “a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia” (p. 13). Deste modo, muito antes da era cristã existiam os zigurates<sup>1</sup>, no terceiro milénio antes de Cristo. A construção desses templos representava, uma das formas de os homens ocuparem os espaços, o que para eles simbolizava a apropriação do território, que pode também ser entendido como o primeiro desejo do homem em remodelar a natureza ou o espaço físico (Rolnik, 2009).

Desde os seus primórdios, o homem lutou para conquistar o seu próprio espaço. Mais, a conhecida história da construção da torre de Babel, apesar da finalidade que tinha de congregar todos num só espaço, foi uma ideia frustrada e destruída por castigo divino, acabando por separá-los (Rolnik, 2009). Este quadro mostra-nos que “o mito de Babel expressa a luta do homem pelo seu espaço vital, (...). O final da alegoria – a divisão irremediável dos homens em nações – aponta para a constituição da cidade propriamente dita. Esta será a cidadela, em guerra permanente contra os inimigos, na defesa de seu território” (Rolnik, 2009, p. 15).

---

<sup>1</sup> Templos que existiam em torno da planície mesopotâmica.

Seguidamente, e tendo em conta que não se pode falar de uma cidade sem incorporar o seu urbanismo, pretendemos descrever de forma muito sucinta o surgimento e a importância do urbanismo no progresso das cidades.

Deste modo, com a rutura da tipologia de cidade antiga ou clássica surge o urbanismo como uma ciência, e com isto inicia-se o movimento que nos trás a então denominada “cidade moderna” reconhecida só a partir do século XX, com o aparecimento da “Carta de Atenas”. Esta carta foi publicada em Paris, por Le Corbusier, no ano de 1943, ainda no contexto da II Guerra Mundial. Com isso, a urbanização começa a ser colocada em prática, dando lugar à cidade moderna, em vez da antiga cidade, que Le Corbusier considerava desumana e insegura. Ou seja, a Carta de Atenas foi o ponto de viragem para a história da construção das cidades atualmente. Da cidade antiga restam apenas monumentos. Todavia, apesar do grande contributo que a Carta de Atenas deu aos urbanistas na orientação da construção da cidade moderna, após pelo menos 13 anos de vigência, a carta já não servia as necessidades de crescimento demográfico da cidade e foi por isso declarada inútil. Os motivos da sua falência prendem-se com questões de ordem social e segurança já que foram surgindo de forma desenfreada muitos movimentos até chegar à qualidade das cidades dos nossos dias (Fernandes, 2009). De acordo com este autor, “o que esta qualidade hoje significa em primeiríssimo lugar é, exatamente a noção ou o sentimento de SEGURANÇA” (Fernandes, 2009, p. 69).

Assim sendo, resta-nos então questionar o que é a cidade afinal? Na perspetiva de Furquim (2018, p. 25) “o conceito de cidade vem da Idade Média. A cidade era um pequeno espaço para produção e trocas de alimentos, utensílios e armas, impulsionado por uma economia monetária. Naquela época, a organização social era garantida por meio de muralhas que impediam a entrada de invasores”. Para Guimarães (2008), “a cidade é um centro dinâmico, composto por uma sociedade complexa” (p. 29), e no pensamento de Ferreira (2013) a cidade “(...) Pode ser compreendida como a síntese da civilização, cujo modo de vida permeia não apenas a sua estrutura, mas toda a sua região de influência, moldando um mundo urbano além das suas fronteiras.” (p. 43). Já na perspetiva de Fernandes (2019) “a cidade é um ponto de encontro para povos de diversas origens culturais, raciais e religiosas” (p. 119). Para Lourenço (2013) “a cidade é uma realidade em permanente mudança, influenciada pela inovação tecnológica e pelas dinâmicas sociais e económicas. Heterogénea na sua composição social, a cidade vive num equilíbrio precário e frágil como todos os sistemas sociais” (p. 16). E para Bernardi (2006) “o termo cidade vem do latim, *civitas*, que dá origem, entre outras, a palavras como cidadania, cidadão, civismo. Também latina a palavra *urbe*. É hoje um sinónimo

de cidade, que por sua vez, gerou outros termos relacionados a vida em coletividade como urbanismo, urbano, urbanidade” (p. 17).

Neste raciocínio, uma vez que se falou em *civitas*, pensamos ser oportuno fazer também uma ligação com a *polis*.

Para os gregos “a *pólis* é o lugar onde determinada gente, específica no que toca a tradições e costumes, tem a sua sede e reside, onde tem seu próprio *éthos*” (Cacciari, 2010, p. 9). Ao passo que “em Roma, pelo contrário, desde as origens – e o próprio mito fundador romano o diz – a cidade é confluência, convergência de pessoas muito diferentes no que toca a religião, etnias, etc, e que só concordam entre si em virtude de lei (Cacciari, 2010, p. 11).

A ideia que se retira do texto acima é a de que existe uma dicotomia em torno do conceito cidade, que para os gregos é entendida como a união de um grupo com as mesmas características, ideias e crenças. Ao passo que para os romanos a cidade é aquela que congrega todos num mesmo espaço a pesar das suas diferenças, hábitos e costumes, desde que os mesmos obedeçam a uma lei imposta na cidade.

Para os gregos, a cidade pertencia apenas aos originários daquele espaço territorial, já para os romanos a confluência de distintos povos é o que formava a cidade, ou seja, para eles o que importava era o fim com que as pessoas se uniam e não as suas origens (Cacciari, 2010).

Entretanto, “a história europeia das cidades até ao período barroco mostra uma cidade que, ao invés, e de certa maneira, se assemelha à do palácio de Siena, , descrito no fresco de Ambrogio Lorenzetti da *Alegoria do bom governo* (...)” (Cacciari, 2010, p. 29). Ainda quanto ao Continente Europeu, o autor acrescenta que “a nossa ideia de cidade é totalmente romana, é *civitas mobilis augescens*, fato fundamental como demonstra a história das transformações urbanas, (...) que têm a cidade como centro ao contrário de outras cidades, onde a forma *urbis* se modificou (...)” (Cacciari, 2010, p. 30).

Posteriormente, com o advento da industrialização, as cidades entraram num processo de urbanização. A título de exemplo “as cidades dos primórdios da industrialização cresceram graças à localização das fábricas no centro dessas cidades. Foi essa localização industrial que motivou o crescimento populacional e urbanístico à volta da fábrica” (Rodrigues, 2008, p. 65). Importa ressaltar que, este processo de urbanização das cidades não foi idêntico ou em ritmos equiparados em todos os Continentes ou Países. As evidências desse desenvolvimento diferenciado “estão presentes em algumas cidades que haveriam de protagonizar o modelo territorial que se constituiu no motor do crescimento económico e urbano de uma boa parte do mundo ao longo do século vinte, o modelo da grande cidade metrópole” (Rodrigues, 2008, p.

66). As grandes metrópoles como Los Angeles, Chicago, Paris e Lisboa são o reflexo desse desenvolvimento urbano diferenciado.

Por conseguinte, como consequência deste desenfreado desenvolvimento urbano, surge a suburbanização como separação clara entre a metrópole, habitada pela maioria denominada classe alta ou burguesia, e do outro lado a classe baixa, como o resultado da aglomeração secundária e periférica à metrópole (Rodrigues, 2008).

Por fim, não pretendendo ser muito exaustivo, esta curta viagem abordou essencialmente sobre as primeiras organizações religiosas, maioritariamente a Torre de Babel, como forma de congregação de todos num único espaço, de seguida, a carta de Atenas como o símbolo de viragem da história da construção da cidade, a dicotomia levantada em torno do conceito de cidade entre gregos e romanos, tendo estes últimos defendido um modelo de cidade mais hospitaleiro e equiparado as atuais cidades da Europa e outras cidades a nível do mundo. Sendo que para os romanos o que importava não era o território em si, mais a ideia de comunidade ou unidade na diversidade para o bem comum. E por último, o grande crescimento urbano acelerado das cidades, graças a revolução industrial iniciada no século XVIII.

## **1.2. Incivildades e sentimento de insegurança**

### **— Incivildades**

Na visão de Alves (2008), “as incivildades são entendidas pela população pacífica como ofensas, fraturas da sociedade: são sinais de ameaça, geram sentimentos de rejeição, de receio e são interpretadas como reflexos de degradação social.” (p. 79). Para Cusson (2011, pp. 190-191), “fala-se em incivildades (...) para designar um conjunto heterogéneo de «perideltos» e de sinais de deterioração que assinalam aos transeuntes a presença de um perigo difuso nas ruas, nos parques e outros lugares públicos: *graffitis*, vandalismos, edifícios deteriorados, vidros partidos (...)”. Já para Monteiro (2018), a incivildade “é o contrário de civilidade, que por sua vez significa urbanidade, qualidade daquilo que respeita as normas de convivência entre os membros de uma sociedade organizada ou o respeito pelas convenções sociais” (p. 125).

Assim, as incivildades num determinado bairro representam uma ameaça para os residentes e não só, demonstrando a decadência da ordem social. Por consequência disso, as demasiadas incivildades nas ruas, faz com que as pessoas não circulem à vontade, não

mantenham contacto com pessoas desconhecidas, e principalmente que assemelham transeuntes a incivildades e criminalidade (Cusson, 2011).

Geralmente, quando o assunto é incivildade, o primeiro pensamento da população em geral é sobre lixo no chão, *graffiti* e ruas degradadas, mas o facto é que existem dois tipos de incivildades. Neste ponto Cusson et al, cit in Carvalho, refere que “no que concerne às tipologias de incivildades, as mesmas podem ser sociais ou físicas. As sociais depreendem comportamentos não admitidos que entram em rutura com as normas sociais (...) como o consumo de estupefacientes e o vandalismo. (...)” (2015, pp. 13-14).

Quanto às incivildades físicas, essas estão relacionadas com questões urbanísticas ou arquitetónicas, como o abandono e degradação de edifícios, os *graffittis*, a falta de higiene e lixo fora dos depósitos apropriados, a falta de iluminação pública (Cusson et al, cit in Carvalho, 2015).

### — Sentimento de insegurança

Actualmente, vivemos num meio social extremamente complexo em que estão sempre presentes os sentimentos subjetivos de segurança e insegurança (Elias, 2011). No que tange ao sentimento de insegurança Lourenço (2015, p. 443) postula que “é correntemente definido como um conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer coletivas, de inquietação, de perturbação ou de medo e de preocupação pela ordem social”. O autor sustenta que “em contexto urbano (...) as pessoas são confrontadas com um conjunto de atos, não forçosamente associados ao crime ou as manifestações delinquentes, portanto fora de qualquer moldura penal, (...) correntemente designados por incivildades, estes atos são contribuintes líquidos para a emergência do sentimento de insegurança (...)” (Lourenço, 2015, p. 443). Nesta senda, “a insegurança produz medo, pelo que não é de estranhar que os urbanistas atribuam a máxima urgência à necessidade de a combater” (Bauman, 2006, p. 65).

Segundo Gomes (2007), “a falta de manutenção, a escassa iluminação pública, a ausência de limpeza, entre outros sinais de abandono de alguns espaços públicos, alimentam o sentimento de insegurança” (p. 63). Um outro fator que alimenta o sentimento de insegurança é de uma forma geral a violência urbana. O furto e a mendicidade agressiva por exemplo levam com que sejam vandalizados o imobiliário da cidade, provocando de forma direta sentimento de insegurança às pessoas (Lourenço, 2015). Assim, o sentimento de insegurança de acordo com Alves (2008) pode ser causado por alguns fatores sociais como as incivildades, a pequena criminalidade, violência urbana e a delinquência juvenil.

Por fim, há entre os autores supracitados um consenso sobre a relação existente entre incivildades e o sentimento de insegurança, ou seja, quanto maior for a presença de incivildades seja social ou física, maior é a sensação de insegurança por parte dos moradores e demais utilizadores de determinado bairro ou espaço.

### **1.3. A Escola de Chicago e o discurso do espaço urbano como fator criminógeno**

De acordo com Santos “a Escola de Chicago surge nos Estados Unidos, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundada por *Albion W. Small* em 1910” (Santos, 2013, p. 1). Quanto ao contexto do seu surgimento, importa ressaltar que “o poderoso processo de industrialização do século XX promoveu (...) explosão demográfica (...), transformando a cidade de Chicago, já naquela época, em uma cidade cosmopolita, (...)” (Viana, 2015, p. 168).

Neste raciocínio França (2019) dissecou que:

Nos Estados Unidos, o período entre as últimas décadas do século XIX, até os anos de 1920, foi marcado por imensas transformações sociais associadas ao vertiginoso crescimento industrial, a forte e acelerada urbanização, e a imigração, principalmente europeia. Todos esses fatores desencadearam um grande incremento populacional. A cidade de Chicago, assim como Nova York, tornou-se epicentro desta modernização, configurando-se como um vigoroso polo econômico, cultural e político, o que atraiu fortemente a chegada de migrantes nacionais, vindos do sul pobre e agrário do país, e de migrantes internacionais, apesar das tentativas de controle governamental, associadas ao medo da “ameaça” socialista. Em 1910, Chicago apresentava 2,1 milhões de habitantes, e consolidava-se como importante entreposto comercial e industrial (p. 2).

Foi neste peculiar contexto da década de 1920 que surgiu em Chicago pensadores que se dedicaram em estudos urbanos (França, 2019). De entre esses pensadores “Robert Ezra Park, um dos fundadores da Escola de Chicago e (...) aluno de Simmel (...). Afirmava ser fundamental uma pesquisa voltada para o urbano (...) que ajudariam a compreender melhor a cidade e os seus problemas” (Santos, 2013, p. 1). Deste modo, “Park apropria-se dos conceitos fundamentais da ecologia. Com efeito, para ele, a cidade representava um organismo vivo, que, à semelhança, cresce, invade determinadas áreas, as domina e expulsa outras formas de vida existentes” (Viana, 2015, p. 169).

O processo de surgimento, crescimento e sucessão da vegetação, árvores e outras plantas, foi o método usado pelo autor, para compreender o crescimento populacional e as suas consequências na cidade de Chicago.

Para além de Park, investigadores como Burgess e Mckezie, da mesma escola, traçaram linhas de análise do meio urbano. Estes autores incorporaram também os conceitos da ecologia nos seus estudos sobre as comunidades urbanas, e com o auxílio da ecologia desenvolveram uma série de estudos no sentido de entender as mudanças ocorridas na superfície terrestre do ponto de vista demográfico e suas consequências nas comunidades em Chicago, tendo recebido o nome de ecologia humana, como o resultado da ecologia urbana. O propósito dos investigadores era encontrar uma explicação para o fenómeno do crescimento populacional verificado sobretudo nas grandes cidades americanas (Marafon, 1996).

Do mesmo modo, “dentro da perspectiva da Escola de Chicago, a compreensão do crime sistematiza-se a partir da observação de que a gênese delitiva relacionava-se diretamente com o conglomerado urbano que, muitas vezes, estruturava-se de modo desordenado e radial (...)” (Viana, 2015, pp. 167-168).

Deste modo, foi com esses primeiros passos que:

A Escola de Chicago ficou conhecida, de modo geral, pela utilização dos métodos das ciências naturais. Suas características mais marcantes foram a analogia biológica e a análise empírica dos processos que ocorreriam nas áreas urbanas, sobretudo nas áreas metropolitanas, que apresentavam um grande crescimento no início do século, nos EUA, em decorrência da expansão do capitalismo industrial (Marafon, 1996, p. 158).

Portanto, uma vez que a Escola de Chicago olha para a cidade como um fator criminógeno, torna-se também importante, incluir nas políticas de combate ao crime medidas urbanísticas, a começar pelo bom planeamento das cidades e a requalificação das áreas que se apresentam mais degradadas (Viana, 2015).

#### **1.4. Teoria dos vidros partidos**

Esta teoria procura explicar até que ponto um ambiente com imagem parcial ou imparcialmente degradada pode influenciar no sentimento de insegurança e até na criminalidade.



Deste modo, Amaro (2019) destaca que:

A teoria dos vidros partidos (*broken windows theory*) põe em evidência a importância da percepção de segurança pelos cidadãos na prevenção do crime. A expressão foi criada por Wilson e Kelling (1982a) como imagem do que pode acontecer numa comunidade cujo ambiente se degrada. Se num edifício existir uma janela partida que não é reparada, tal aumenta a probabilidade de uma segunda janela ser partida por algum jovem delinquente que por ali passe podendo fazê-lo até por simples diversão. O aumento das janelas partidas levará a uma degradação cada vez maior do edifício, aumentando também o sentimento de insegurança na população. É como se a degradação constituísse uma mensagem de abandono, de que não há ninguém que imponha a ordem, que ninguém se interessa e tudo pode vir a acontecer. Nesta perspetiva, os pequenos delitos ou um comportamento desviante na via pública, como certos atos de vandalismo, são uma espécie de “vidros partidos” que aumentam o sentimento de insegurança e abrem a porta a comportamentos criminais mais graves (p. 14).

Assim sendo, torna-se fundamental tomar medidas urgentes aos sinais de incivilidade e deterioração, por mais pequenos que pareçam, pois, esses sinais, constantemente ignorados, tanto pela comunidade ou pelas instituições responsáveis pelo controlo social formal, no caso administrações locais, acentuam o sentimento de insegurança e podem levar à prática de crimes.

Esta teoria tem aplicação em vários contextos de desordem ou deterioração do meio social. Por exemplo, uma experiência que foi feita com dois carros abandonados na via pública. Nesta experiência foram postos dois carros em Nova Iorque, um desses mostrava-se já partido, aberto e sem alguns acessórios, o que transparecia estar abandonado. Em pouco tempo, o carro foi vandalizado e subtraídos outros acessórios. A seguir, na Califórnia, foi colocado outro carro, em perfeitas condições e devidamente fechado, uma semana depois, o carro não foi alvo de nenhum vandalismo. De seguida, a segunda viatura foi danificada pelos investigadores, e o comportamento dos transeuntes foi o mesmo, comparado aos atos de vandalismo verificados na viatura danificada do exemplo de Nova Iorque (Amaro, 2019).

A teoria das janelas partidas veio mostrar um novo paradigma na análise da criminalidade, ao provar que é menos relevante a relação entre o crime e outros fatores existentes no meio social como a desigualdade social, comparado às questões de desordem e a criminalidade. Do mesmo modo, são vários os fatores que contribuem para a formação da personalidade criminosa e não apenas fatores biológicos, tal como defendidos pela

criminologia clássica. Esta teoria foi experimentada pela primeira vez nos anos 80, no metro de Nova Iorque, considerado na altura o lugar mais perigoso (Pellegrini, 2019).

Deste modo, Alves (2008) refere que “a teoria do vidro partido mostra-se muito interessante atendendo ao facto de propor soluções para o problema das desordens, uma vez que se estas forem enfrentadas pode-se conseguir baixar o número de delitos numa determinada área, Além disso, consigna uma missão à polícia” (p. 81).

Pese embora a teoria tenha sido bastante criticada devido a alguns excessos em atuações policiais, a teoria deixou claro que “a essência do papel da polícia na manutenção da ordem é reforçar os mecanismos informais de controle da própria comunidade. A polícia não pode, substituir esse controle informal sem possuir recursos suficientes” (Kelling & Wilson, 1982, p. 5). No que toca à prevenção criminal dentro dos bairros, os autores dão o exemplo dos médicos referindo-se que “assim como os médicos (...) reconhecem a importância de promover a saúde, em vez de simplesmente tratamento de doenças, (...) a polícia (...) deve reconhecer a importância de manter, intacta, comunidades sem janelas quebradas” (Kelling & Wilson, 1982, p. 8).

Por fim, a pesar de a teoria consignar uma missão polícia como referido acima, trata-se de uma tarefa da responsabilidade dos vários atores sociais. Neste âmbito, conforme Elias (2018) “caberá aos poderes públicos (...), trabalhar em conjunto com as Polícias, com a academia, com o setor privado e com a sociedade civil, de modo a melhor intervirem nas causas da criminalidade e a promoverem a realbilitação socioeconómica e urbanística das zonas mais desfavorecidas” (p. 120).

### **1.5. Teoria da desorganização social**

Quanto à temática desta teoria, destaca-se que “a desorganização social significa, do ponto de vista institucional, do grupo ou da comunidade, a impossibilidade de definir e impor modelos coletivos de ação. E corresponde para o indivíduo, a uma condição de total liberdade para a expressão das suas inclinações” (Figueiredo Dias & Andrade, 1992, p. 174).

Neste âmbito, a teoria da desorganização social “foi cunhada por Clifford R. Shaw e Henry D. McKay (...) no começo do século XX numa tentativa de a Escola de Chicago explicar o componente espacial do crime (...). Em geral, a teoria da desorganização social destaca o papel dos bairros e a sua influência no comportamento criminal.” (Melo & Matias, 2015, p. 367).

Nesta senda, Viana (2015) refere que:

A compressão da dupla criminalidade *versus* cidade, dentro da moldura fenomenológica do crime, proporciona profundas alterações do ponto de vista político criminal, especialmente no que se refere ao controle social informal. Com efeito, a Escola de Chicago atribui sobrepeso à desorganização social, elevando-a à categoria de fator criminógeno. Parece claro, então, que o sucesso no enfrentamento da criminalidade, para além da intervenção urbana, passa pelo controle social informal, como instrumento eficaz para reforçar e inibir a rutura dos valores culturais. Essa é a razão pela qual os criminólogos de Chicago atribuem à vizinhança, igreja, família e escola importante papel para obstar a desorganização social, reconstruir a coesão sobre os valores e, consequentemente, controlar a criminalidade (p. 172).

Assim, a teoria da desorganização social procura defender a importância da estrutura urbana e muito mais do controlo social informal tanto na prevenção como no controlo de comportamentos que alteram o ambiente de normalidade dentro da comunidade. Por outro lado, como referido anteriormente a Escola de Chicago, considera a cidade como sendo um dos principais fatores criminógenos (Viana, 2015).

De um modo geral, os investigadores que se dedicaram à teoria da desorganização social, para analisar e prever práticas criminais focaram as suas investigações em setores censitários como a pobreza, famílias desestruturadas e nas questões urbanísticas (Melo & Matias, 2015).

## **1.6. CPTED “Prevenção Criminal Através do Espaço Construído”**

### **1.6.1. Conceito e princípios básicos**

A CPTED está associada à diminuição da criminalidade através da manipulação do espaço construído, tal como afirma Fernandes (2007) ao referir que “para a CPTED a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança pode ser obtida pela adequada conceção do espaço e pelo uso planeado desse espaço, (...)” (p. 52). Ainda de acordo com o autor “atualmente, a CPTED é considerada uma das ferramentas mais eficazes na prevenção criminal, no entanto, ainda não existe uma definição unanimemente aceite pela comunidade científica” (2017, p. 14).

Neste âmbito, Ferreira (2013) refere que “o conceito de CPTED baseia-se no princípio de que o projeto apropriado e o uso e controlo eficaz do ambiente construído podem reduzir o

crime, o medo do crime e melhorar a qualidade de vida. O que confere às questões do urbanismo e do desenho urbano um papel nuclear na concretização daqueles objetivos” (p. 97). Fernandes (2007) acresce que, “segundo este conceito, as características físicas do ambiente são centrais na facilitação ou inibição da ocorrência de atos criminosos, (...)” (p. 51) . A International CPTED Association (2019), define a CPTED como a união de diversas disciplinas com a finalidade de reduzir a prática de crimes através do ambiente ou espaço construído. Importa sublinhar que o conceito CPTED foi desenvolvido pela primeira vez pelo criminologista Ray Jeffery, no ano de 1971, e é um conceito que revolucionou o modo de pensar do comportamento antissocial do delinquente e espaço físico. Neste âmbito, uniformizou as bases do estudo entre crime e espaço físico, o conceito de um modo geral representou um considerável avanço no estudo da criminologia (Fernandes, 2010).

Ademais, a CPTED apresenta uma abordagem de fácil compreensão. Como o exemplo de um cenário de furto ou assalto, em que o indivíduo encontra poucas hipóteses de perpetrar a ação criminosa, fruto do correto planeamento do espaço urbano, com a criação de uma estrutura urbana que deixa o potencial prevaricador desconfortável e sempre visível aos olhos de todos, com a sensação de que está ser observado resolvendo, deste modo, desistir da ação premeditada (Saraiva, et al., 2019).

Autores como Newman, Jane Jacobs, Jeffery e Crowe precisamente nas décadas de 70 à 90, do século XX deram os primeiros passos no tocante a prevenção criminal através da construção ou modificação do espaço físico e desta forma, desenvolveram algumas ideias e experiências sobre a influência do espaço na prática de crimes ( Ricardo, Siqueira, & Marques, 2013). Estes autores passaram a estudar a forma como determinado espaço físico é constituído e até que ponto pode ser um fator inibidor ou motivador da prática de crimes ou situações de incivildades (Fernandes, 2010).

### **1.6.2. Precusores da abordagem CPTED (Jane Jacobs, Óscar Newman, Rey Jeffery e Timothy Crowe)**

#### **— Jane Jacobs**

Jacobs, é uma jornalista formada em assuntos de arquitetura, sendo a primeira a analisar questões relacionadas com o ambiente físico e as suas consequências na perceção do indivíduo

(Fernandes, 2007). Fernandes acrescenta que a autora “é a primeira a propor uma nova forma de ver a relação entre a degradação urbana e o crime” (2007, p. 38).

Esta jornalista “em 1961, (...) publicou a obra *The deathand life of great american cities* (Vida e morte das grandes cidades), provavelmente a obra com maior influência sobre o ambiente urbano e sua relação com o crime, que trata, de um modo geral, da vitalidade urbana” (Ricardo, Siqueira, & Marques, 2013, p. 202). Nesta obra a autora defende por exemplo que para proteger a cidade de pessoas estranhas, como à semelhança do que é feito em outros bairros e ruas, com grandes resultados, deve ter-se em conta três qualidades fundamentais (Jacobs, 1961): 1ª) Deve existir uma separação entre o espaço público e privado. Não devendo por isso existir confusão quanto à sua delimitação, tal como tem se verificado em alguns projetos; 2ª) Deve haver maior vigilância do espaço circundante por parte daqueles que são considerados proprietários do espaço ou rua e equipar os edifícios para a segurança contra estranhos; 3ª) Devem existir sempre pessoas a circular nas calçadas, de forma a aumentar o número de vigilantes. Nessa perspetiva, após determinadas comparações feitas na sua obra “olhos na rua” concluiu que, quanto maior for o número de pessoas a circular em determinado espaço, menor é a probabilidade de ocorrer um crime (Ricardo, Siqueira, & Marques, 2013).

De forma resumida, para Jane Jacobs o contacto social é a base para uma convivência saudável na comunidade, sendo que muitas vezes a prática de crimes só acontece por falta de controlo ou vigilância dos próprios residentes, e por falta de mais atividade urbana (Heitor, 2009).

#### — Óscar Newman

De acordo com Fernandes (2007, p. 41) “Oscar Newman, arquiteto e urbanista, defendia que a prevenção da criminalidade também devia ser uma responsabilidade do arquiteto”. Fernandes (2010, p. 9) quando se refere à realidade americana, sustenta que “tal como Jacobs, este arquiteto estava convencido de que a deterioração das habitações sociais americanas se devia, em parte, à má conceção do espaço e à falta de interação do mesmo”. Deste modo, “o que tornou Newman conhecido foi exatamente o conceito *Defensible Space*, lançado na sua obra intitulada *Defensible Space: Crime prevention Through Urban Disign* (Fernandes, 2007).

Neste seguimento, o *Defensible Space* pode ser definido como “o ambiente residencial que inibe o crime, proporciona segurança e qualidade de vida pela materialização física de um tecido social que se auto defende” (Fernandes, 2007, p. 44).

Neste raciocínio, Ferreira (2013) acresce que:

Conforme estabelecido por Newman, o espaço defensável deve conter duas componentes. Primeiro, o espaço defensável deve permitir que as pessoas vejam e sejam vistas de forma contínua. Em última instância, esta componente diminui o medo nos residentes, porque sabem que um potencial agressor pode ser facilmente observado, identificado e, conseqüentemente, capturado. Em segundo lugar, as pessoas devem estar dispostas a intervir ou relatar o crime quando ele ocorre (p. 104).

Nesta obra, Newman dedica-se principalmente à análise de bairros sociais. É, portanto, a experiência adquirida na análise de bairros como St. Louis e outros que o tornaram um crítico de bairros difíceis de identificar residentes e não residentes, os acessos que facilitavam a entrada e saída de criminosos. Neste contexto, o autor relaciona a organização do espaço onde os residentes vivem com a prática de crimes, pela influência que estes exercem sobre as zonas vizinhas, ou seja, a constante presença desses reforça o sentimento de segurança e impede a prática de crimes (Fernandes, 2007).

Enquanto que Janes Jacobs defendia a construção de espaços residenciais mais acessíveis, em que a vigilância poderia ser feita não apenas pelos residentes mas por todos, ou seja, por moradoras e transeuntes, Óscar Newman apoiava-se na construção de espaços mais privatizados e de difícil acesso em que apenas os residentes procedem a esta vigilância porque entende que a presença de muitos passantes no espaço residencial pode representar perigo (Heitor, 2009).

Para finalizar, também influenciado por Jane Jacobs, Newman defende a separação entre o espaço público e privado, sendo que “(...) nesses espaços a responsabilidade pelo controlo dos mesmos é difusa, bem como a implementação de medidas de restrição de tráfego de peões e veículos automóveis, (...) melhoramento da iluminação, (...) redução dos espaços sem ocupação ou sem fim definido (...)” (Fernandes, 2007, p. 45).

#### — **Rey Jeffery**

Jeffery, criminologista e um dos autores da primeira geração do modelo CPTED, publicou em 1971, a obra intitulada *Crime prevention Through Environmental Design*, uma obra que veio apresentar um novo olhar sobre os comportamentos antissociais e a sua relação com o crime. Nesta obra, o autor considerava que as características do ambiente afetavam diretamente a conduta da pessoa, sem ter que afetar primeiro o cérebro. Após algumas revisões

feitas nesta tese, admitiu que o ambiente exerce sem dúvidas alguma influência sobre o cérebro do indivíduo antes de afetar o seu comportamento (Fernandes, 2007).

Neste âmbito, nas palavras de Jeffery (2000).:

Um modelo CPTED seria baseado em ecologia, incluindo ecologia biológica, ecologia social, geografia urbana, teoria da aprendizagem psicológica, planeamento urbano e criminologia. Seria com base em um indivíduo-cérebro-ambiente, modelo em que os indivíduos interagem com o ambiente físico por meio do cérebro. O cérebro é o órgão do comportamento; todo comportamento é controlado pelo cérebro, e o cérebro é criado pela interação do indivíduo com o meio ambiente. Não podemos estudar o indivíduo separado do ambiente, ou o ambiente separado do indivíduo. (...) (p. 1).

O autor refere ainda que, a obra lançada por Newman “*Defensible Space*” da qual falaremos mais adiante, estava mais virada para as questões de arquitetura sem ligação à ecologia, criminologia ou planeamento urbano, onde os principais conceitos abordados foram a territorialidade, vigilância, áreas seguras e imagem do espaço urbano (Jeffery, 2000).

De referir que, Jeffery teve grande influências de autoras como Elisabeth Wood e Jane Jacobs, investigadoras que deram grande contributo naquilo que é hoje a abordagem arquitetónica ou sobre espaço urbano como fator fundamental na prevenção do crime (DGOTDU, 2011). Mas, apesar do seu grande contributo, Jeffery nas suas abordagens deu menor importância ao controlo social formal ao referir que “a polícia é completamente ineficaz exceto dentro de uma prevenção da criminalidade enquadrada. (...) os tribunais são totalmente ineficazes para lidar com o problema do crime” ( Jeffery *cit in* Ferreira, 2013, p. 103).

#### — Timothy Crowe

Crowe, é um Crimonologista, que se dedicou especificamente à criação de programas de formação em CPTED, destinado às Forças de Segurança (DGOTDU, 2011).

Os autores da 1ª geração foram bastante criticados pelo facto de as suas contribuições cingirem-se maioritariamente às questões arquitetónicas ou urbanísticas e menos na vítima e no criminoso. De igual modo, a 1ª geração ignorou a atuação conjunta, dando maior atenção a planificação arquitetónica colocando de parte a manutenção do espaço físico. Por conseguinte, a autora defende que uma maior atenção deve ser dada à 2ª geração do modelo CPTED marcada por Timothy Crowe e Diane Zahm, pelo facto de trazerem uma visão também voltada na manutenção do espaço através da componente social ( Fernandes, 2010).

Deste modo, Ferreira (2013) acrescenta que “nesta renovada abordagem a CPTED foi melhorada acabando por incorporar a dimensão social, de modo a garantir que o espaço se transforme em defensável pelos seus habitantes (...) obtendo, com isso, o benefício da vigilância natural” (p. 120).

Nesta senda, “a descoberta mais consistente nas avaliações do CPTED e de projetos relacionados, na qual os usuários do espaço são envolvidos nos projetos, faz com que os usuários cumpram com os objetivos comportamentais planeados” (Fennelly, 2004, p. 7).

Neste raciocínio, Cerqueira (2012) acresce que “esta nova geração reforça uma ideia de interação social. (...). É necessário que exista uma maior preocupação com os espaços comuns e públicos através de uma maior participação cívica local” (p. 15). Nesta geração, as forças de segurança já representam um grande significado, através da sua proximidade com as populações e com sugestões de métodos e boas práticas de prevenção criminal nas suas residências (Cerqueira, 2012).

Ainda no que concerne a 2ª geração, destaca-se que:

Em 1998, um artigo de Saville e Cleveland, apresentado no 3.º encontro internacional sobre CPTED, em Washington, designado por “*2nd Generation CPTED*”, veio encorajar profissionais para analisar a origem dos aspetos sócioecológicos das origens CPTED, incluindo questões sociais e psicológicas para além do ambiente construído. A atribuição da designação de 2.ª geração CPTED, teve em consideração o facto de constituir como que uma reforma das teorias de Jeffery, mais ajustadas às necessidades do homem que estava, então, a entrar no novo século (Ferreira, 2013, pp. 107-108).

Em suma, a 2ª geração sem ignorar as contribuições prestadas pelos autores da 1ª geração, com aborgaens mais virada para questões relacionadas com o ordenamento do espaço físico, teceu críticas que foram bem aceites e que são até hoje observadas não apenas por arquitetos e urbanistas, mas também pelos moradores e pelas forças de segurança, como partes do controlo social indissociáveis no ordenamento e conceção do espaço físico.

### **1.6.3. Princípios básicos do CPTED**

Quanto aos princípios básicos do CPTED, trata-se de quatro princípios descritos no guia de boas práticas de prevenção criminal por meio do ambiente construído, versão portuguesa do modelo CPTED, elaborado pela Direção Geral da Administração Interna (DGAI,) e inspirado no manual da *National Crime Prevention Council* de Singapura, sobre *Crime Prevention*



*through Environmental Design Guidebook*. O referido guia sublinha que a fórmula para se obter o sucesso desejado com as medidas de prevenção criminal aplicadas é procurar um conjunto de sugestões que vai desde a conceção do espaço ao desenvolvimento de um conjunto de trabalhos em colaboração com a própria comunidade (DGAI, 2013). O guia postula ainda que “a CPTED promove soluções de significativa qualidade e agradabilidade visual como respostas de primeira linha para conferir aos espaços construídos uma legítima utilização” (DGAI, 2013, p. 1).

Neste seguimento, os princípios básicos do CPTED são (DGAI, 2013):

### — Vigilância natural

Parte-se do princípio que nenhum delinquente quer ser visto aquando da prática ilícita. Com esta lógica, a vigilância natural tem como principal objetivo, dificultar o potencial criminoso a praticar a ação premeditada, dando a este a impressão de que está a ser observado. O que para o mesmo, este olhar atento das pessoas, pode representar grande obstáculo e insegurança, num primeiro momento. Essa vigilância não visa impedir literalmente a entrada do prevaricador, mas sim acompanhar em pormenor a entrada e comportamento do mesmo. Este princípio pode ser aplicado através da presença de um considerável número de pessoas no espaço em causa com a implementação, por exemplo, de atividades económicas ou recreativas que decerto permitirá maior controlo visual sobre o local, maioritariamente em áreas consideradas inseguras ou de maiores ocorrências criminais. Pode ainda ser feito com a colocação de janelas de maior visibilidade para o exterior dos transportes públicos ou proceder-se a remoção de objetos, que visam melhorar a visibilidade de quem estiver dentro da residência para o exterior.

### — Controlo natural de acessos

O controlo natural visa criar limites de acesso a determinado espaço com a colocação de portas ou portões com fechaduras resistentes, muros em espaços privados ou estabelecimentos comerciais que servem de barreira para intrusos. Este princípio transmite a mensagem de que não têm legitimidade de circular por estes espaços sem permissão e que está diante de um local controlado, diminuindo assim a oportunidade para o cometimento de crimes. Um bom exemplo deste princípio é a colocação de um gabinete ou receção que permite o controlo de acesso de um armazém ou edifício.

### — Reforço territorial

Assim como o anterior, este princípio procura estabelecer limites entre espaço público e privado, ou seja, as pessoas procuram proteger a zona convencionada como sua, respeitando as fronteiras. Essas fronteiras tornam-se visíveis através de barreiras físicas como muros, sinaléticas pavimentos e jardins devidamente cuidados, transmitindo a ideia de pertença do espaço. Com isso, torna-se fácil a identificação de suspeitos no espaço definido. Este princípio é de fácil aplicação a partir do momento em que o local é bem delimitado, transparente e que os utilizadores estão habituados uns com outros e com o local.

### — Manutenção e gestão

Este princípio diz respeito à forma como os residentes de um bairro cuidam e se relacionam com o espaço, o principal objetivo é criar nos moradores um sentimento de pertença do espaço, só desta forma estarão dispostos a mantê-lo sempre limpo e seguro.

Neste ponto, Fernandes acresce que este princípio “tem por objetivo manter a conservação do espaço e das construções e de reparar prontamente as degradações quer naturais, quer as provocadas pelo homem (como por exemplo, *graffiti*)” (2007, p. 53).

De salientar que, existe uma relação forte entre espaço e os seus utilizadores que são maioritariamente os residentes, sendo que num bairro em que os moradores estão integrados e unidos com o espaço circundante, têm maior probabilidade de criar uma atmosfera de segurança no bairro, se comparado com um bairro em que os residentes não se mostram unidos nem organizados (DGOTDU, 2011).

Deste modo, “a organização e limpeza do espaço público, a manutenção dos equipamentos urbanos e a conservação do edificado privado conformam uma imagem do espaço urbano imediatamente percebida como mais segura do que espaços desordenados e aparentemente negligenciados” (DGOTDU, 2011, p. 41).

Em suma, frise-se que a abordagem CPTED apresenta alguns obstáculos quanto à sua implementação no espaço físico, devido a recursos financeiros exigidos e em alguns casos à demora na sua implementação. Por essas razões, é importante ter-se em conta que a abordagem CPTED não tem como finalidade combater a criminalidade de uma forma direta, mas mitigar as oportunidades do crime e proporcionar um sentimento de segurança aos utilizadores do espaço físico (DGOTPU, 2011).

### 1.7. Teoria da prevenção situacional

Atualmente, a prevenção situacional tornou-se uma das formas de prevenção criminal que tem assumido cada vez mais importância dentro das comunidades (Elias, 2018). Segundo Cusson (2011), “a noção de prevenção situacional serve para designar as medidas não penais que têm por objetivo impedir a passagem ao ato através da alteração das circunstâncias particulares em que delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-lo” (p. 204).

Importante ressaltar que, estas formas de prevenção já foram usadas pelos nossos antepassados embora de forma intuitivas, por exemplo através da construção de muros em volta das casas, colocavam fechaduras nas portas e andavam protegidos com armas diversas (Cusson, 2011). É um tipo de prevenção maioritariamente aplicada pelos próprios cidadãos como parte do controlo social informal, mais também pode ser aplicado por aqueles que assumem o controlo social formal tal como refere Cusson ao dizer que “os poderes públicos fazem também prevenção situacional ao iluminarem as ruas, ao regulamentarem as armas de fogo, ao instalarem dispositivos contra o roubo, o vandalismo ou outros delitos” (Cusson, 2011, p. 205).

A mais recente evolução desta teoria procura definir estratégias de defesa e melhoramento do espaço comum. Entre estes desenvolvimentos estão a tecnologia e os meios de segurança de autossuficiência. Essas estratégias de segurança e melhoria do espaço envolvente denominadas por prevenção situacional são aplicadas por criminólogos, arquitetos e outros especialistas que respondem pelas áreas da vitimologia, planeamento e ordenamento do território e agentes de controlo social como o caso da polícia (Costa, 2019).

Nesta vertente, Steven Flusty, crítico em questões de urbanismo e arquitetura criou uma panóplia de métodos que impossibilitam intrusos de se aproximar na esfera da vida privada, através de uma série de barreiras a qual denomina “espaços vetados” inicialmente utilizadas nos Estados Unidos da América e que são hoje muito implementados em todo mundo. Entre esses métodos aponta (Bauman, 2006):

- Espaço fugitivo como um espaço em que se não pode entrar qualquer um por não ter via de acesso que permite entrada fácil;
- Espaços espinhosos como locais equipados por dispositivos espinhosos nas paredes ou muros inclinados de forma a dificultar a sentada de pessoas;
- O espaço do medo como o local em que as pessoas não encontram maneiras de passar de forma despercebida devido a vigilância permanente de patrulha, alarmes conectados a esquadra de polícia ou as duas coisas em simultâneo.

Para além das medidas acima descritas, existem outras que contribuem igualmente para a autoproteção de uma habitação e que para tal o morador deve (Cusson, 2011):

- Certificar-se de que tudo estará devidamente fechado durante a noite e sempre que se ausenta;
- Ter um alarme ou um cão em casa;
- Eliminar zonas menos visíveis que possam servir de esconderijos para assaltantes;
- Colocar iluminação à volta da sua residência.

Importa frisar que, apesar dos resultados positivos que a prevenção situacional oferece, apresenta também limites denominados por deslocamento ou transferência dos atos criminais por parte dos prevaricadores para outros locais e alvos (Cusson, 2011). Em suma, apesar dos seus contornos “o sucesso da prevenção situacional do crime recai na capacidade de providenciar soluções realistas, económicas e, muitas vezes, simples para situações específicas de ofensas, numa variedade de locais” (Céu & Sampaio, 2007, p. 50).

## **CAPÍTULO II: DA ATUAÇÃO POLICIAL PELOS MODELOS DE POLICIAMENTO**

Neste capítulo, referente a atuação da polícia através dos modelos de policiamento, abordou-se sobre os controlos sociais formal e informal, ou se, onde a polícia e os cidadãos aparecem como atores, na promoção da harmonia e controlo de condutas jurídicas e socialmente aceites ou não. Apresentamos ainda o conceito polissémico de Polícia, e por último mais não menos importantes, abordou-se sobre os modelos de policiamento, em específico, o policiamento de proximidade, o policiamento orientado para o problema e o policiamento orientado pelas informações.

### **2.1. Controlos sociais**

De acordo com Clemente (2010) “onde há norma, existe desvio: a desviância e a normatividade são faces do mesmo facto social. Cada sociedade tem a sua marginalidade: o crime é um facto universal” (p. 145). Para fazer face a esta desviância existe em cada sociedade o controlo social com a finalidade de controlar condutas sociais e juridicamente censuráveis, tal como o autor citado denomina por marginalidade.

Deste modo, de acordo com Amaro (2019), “as teorias do controlo procuram relacionar o crime com as escolhas feitas pelo indivíduo. (...) A teoria acentua o lado racional do comportamento, estabelecendo que, perante uma situação propícia, o indivíduo poderá adotar um comportamento desviante se não houver controlo por parte da sociedade” (pp. 8-9).

Segundo Cusson (2011), o controlo social pode ser entendido como “o conjunto de meios implementados pelos membros de uma sociedade com o objetivo específico de conter ou reduzir o número e a gravidade dos delitos” (p. 195). Neste sentido, o controlo social parte do princípio de que dentro de uma comunidade todos os cidadãos estão intimados a prevenir e controlar o crime.

Como se pode notar, o controlo social não é apenas uma responsabilidade do Estado, através de políticas criminais desenvolvidas e levadas a cabo pelas instituições públicas, como forças de segurança e tribunais, representa também uma responsabilidade de todos os cidadãos,

através de comportamentos de segurança que visam proteger-se de por exemplo furtos e agressões (Cusson, 2011).

Existem, em qualquer sociedade, três tipos de controlos sociais, sendo eles, o controlo social informal, a prevenção situacional e por último o arsenal das sanções penais (Cusson, 2011). Tendo em conta que já se abordou sobre a prevenção situacional no capítulo anterior. Falaremos apenas sobre o controlo social informal e o arsenal penal ou conhecido também por controlo social formal.

### **2.1.1. Controlo social formal**

O controlo social formal é a atividade levada a cabo pelo Estado através de instituições que o representam tais como a Polícia, os tribunais, a procuradoria e outros atores que detêm a ação do poder público (Cusson, 2011). Dentre as instituições ou autores do controlo formal acima referidos, “uns detêm os suspeitos e levam-nos perante a justiça, outros acusam, julgam, condenam e punem” (Cusson, 2011, p. 210). Decerto que à Polícia cumpre deter aqueles que agem à margem das leis e conduzi-los à justiça, sendo a polícia a “agência mais visível de controlo social coativo, ou melhor a mais presente no quotidiano dos concidadãos” (Clemente, 2015, p. 37). Dito de outro modo, “a prevenção e a repressão da prática criminal exigem um sistema de controlo social, corporizado na instituição policial” (Clemente, 2015, p. 57).

### **2.1.2. Controlo social informal**

Controlo social informal são intervenções de controlo e sanções não penais desenvolvidas pelos membros de uma determinada rede ou grupo de proximidade para controlar a criminalidade e, pode ser feito pela família, grupo de trabalho ou de amigos. Trata-se de uma forma de pressão desenvolvida pelos membros da comunidade e que não necessita do Estado para funcionar. Os membros da sociedade exigem uma certa reciprocidade necessária de conduta aos membros da comunidade local. em suma, trata-se de um conjunto de normas e valores desenvolvidos dentro da comunidade desde tenra idade, como o respeito mútuo, a não violência e a honestidade (Cusson, 2011).

## 2.2. Conceito de Polícia

Nesta parte do nosso estudo pretendemos abordar de forma não muito exaustiva sobre o conceito polissémico de polícia.

Segundo Raposo (2006), “etimologicamente, o vocábulo polícia (à semelhança da política) mergulha as suas raízes na palavra grega politeia (que encontra correspondência na expressão latina politia): associado à polis, esta serve para designar a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade-estado, (...)” (p. 21). Clemente (2010), destaca que o atual conceito de polícia “(...) foi fixado por Marcello Caetano: a “Polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (pp. 146-147).

Segundo Oliveira (2006), “a polícia é entendida numa perspetiva lata, como uma atividade administrativa que tem por fim prevenir os danos que possam resultar de condutas sociais perigosas” (p. 106). Ainda neste raciocínio Valente (2019), refere que “Polícia em sentido lato é (i) atividade de natureza exaustiva – ordem e tranquilidade públicas e administrativa (...)” (p. 117). Assim, “a Polícia é ou deve ser, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e/ou produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado” (Valente, 2019, p. 55).

Assim sendo, importa frisar que a polícia tem vários sentidos, de acordo com Clemente (2010):

O conceito de polícia desdobra-se em vários sentidos. A polícia é tanto um modo de agir da administração pública – a polícia em sentido funcional -, como um conjunto de normas reguladoras da ordem pública – a polícia em sentido formal ou a lei de polícia -, como ainda a instituição pública encarregada de manter a ordem pública (e não a privada) e de velar pelo cumprimento das leis – a polícia em sentido orgânico (p. 146).

Com esta breve reflexão em torno do conceito de polícia, subsidiada pelos autores acima, pode-se afirmar que, a polícia é o símbolo do Estado vocacionado para garantir a segurança, a prevenção dos crimes e velar pelos demais comportamentos suscetíveis de colocar em causa interesses individuais e coletivos. Em harmonia com o subtema antes abordado sobre o controlo social Clemente (1998), atesta que, “(...) a Polícia possui, inerente a si mesma, uma função pública de raiz social, denominada função policial, cuja característica principal reside no facto do aparelho policial ser de meios coercivos e integrar-se na atividade desenvolvida pelo

Estado, no âmbito do controlo social” (p. 42-43). O autor finaliza sustentando que “a ideia de polícia não se reduz a um predicado – fazer o policiamento. (...), a polícia representa a agência de controlo social mais visível na sociedade, lutando contra o crime e auxiliando as vítimas” (Clemente, 2010, p. 141).

### **2.3. Modelos de policiamento**

Segundo Pereira (2018), “se os vértices do triângulo poder político/polícia/cidadãos definem distintos modelos de polícia, influenciados pelas suas diferentes dinâmicas, teremos em função destes distintos modos de policiar (...) diferenciados modelos ou estratégias de policiamento” (p. 25). Na verdade, existe na doutrina policial vários modelos de policiamento, com terminologias e filosofias de atuação semelhantes e outras totalmente díspares, conforme o contexto ou poder político existente.

Os modelos de policiamento são filosofias seguidas pelas diferentes Polícias, para dar cumprimento às suas estratégias de prevenção e controlo do crime em determinado país ou comunidade. A sua evolução compreende três períodos: o pré-moderno, registado nos princípios do século XX, de seguida, o modelo de policiamento moderno que engloba a era política, a era profissional, a era comunitária e, por fim a fase atual ou pós-moderno, que procura integrar os diversos modelos para uma maior resposta aos novos desafios das sociedades. Na chamada era política, por volta do século XX, com maior notoriedade nos Estados Unidos da América, aplicava-se maioritariamente o policiamento apeado. A polícia estava muito ligada aos serviços sociais onde o principal objetivo era ver uma maior ligação e satisfação entre o público e o poder político, ou seja, uma maior descentralização, ao passo que na era profissional, entre as décadas de 60 e 80, os serviços eram mais centralizados, mais rigorosos, mais distantes da comunidade e mais voltados para a lei. Praticavam não apenas o patrulhamento apeado, mais também, o patrulhamento auto (com recurso a viaturas), onde os principais objetivos eram a ordem pública e o controlo da criminalidade. A era comunitária, originária dos países anglo-saxónicos, foi uma era em que a polícia estava mais voltada para a comunidade, com uma maior descentralização e grupos de atuação junto da comunidade. O grande objetivo era o de promover melhor qualidade de vida e satisfação à comunidade, por isso, eram cada vez mais próximos da comunidade e para tal adotavam a patrulha apeada. Por último temos o policiamento pós-moderno, que dada as atuais ameaças e riscos, obriga a que cada vez mais exista uma tendência para a cooperação e interoperabilidade entre forças e



serviços de segurança, com a finalidade de uma maior partilha de informações e estratégias sobretudo baseadas nas novas tecnologias, com o objetivo de salvaguardar o Estado de direito democrático e os cidadãos em geral (Elias, 2018).

Antes de partirmos para o desenvolvimento dos modelos de policiamento importa sublinhar que “não existem modelos puros e perfeitos, estes são fruto de derivas que cada Estado de per si foi adotando e desenvolvendo, considerando a respetiva evolução histórica, sociopolítica e económica” (Moleirinho, 2018, p. 102).

### **2.3.1. Policiamento de Proximidade**

Atualmente, apenas políticas ou estratégias policiais de atuações reativas e repressivas não são suficientes para dar resposta aos problemas de criminalidade, pelo que, exige uma panóplia de respostas, sobretudo de carácter preventivo sem ignorar a participação da própria comunidade. Neste ponto, deve-se juntar outras atividades de carácter mais social e que permitam a aproximação da comunidade (Moleirinho, 2018).

Deste modo, o policiamento de proximidade transporta consigo a ideia de que deve existir mais do que nunca união entre a polícia e o cidadão, pois, só assim é possível resolver os problemas da comunidade ligados a criminalidade, incividades e outros tipos de desordens que interferem no sentimento de segurança de forma direta e é esta filosofia de proximidade que faz com que a polícia seja mais proativa e menos reativa (Lisboa & Teixeira Dias, 2008).

Assim, o policiamento de proximidade pode ser entendido como “uma estratégia, de natureza essencialmente proativa, que se apoia no trabalho em parceria e que tem por objetivo, através da presença dos elementos<sup>2</sup> policiais sobre o terreno, obter a responsabilização de todos os atores (formais e informais) nas tarefas de segurança” (Oliveira, 2006, p. 116). Nesta senda, todas as polícias devem criar planos e práticas de policiamento de proximidade que para além de combater as incividades, a criminalidade comum e controlar as fontes do perigo, visam ainda promover a proteção dos mais vulneráveis, tal como idosos e crianças em perigo sem se descuidar da sua prontidão para responder aos piores cenários (Oliveira, 2015).

Quanto ao seu surgimento, o policiamento de proximidade surgiu por volta dos anos 70 e 80 do século XIX, nos Estados Unidos e Reino Unido, imbuído de diversas estratégias e

---

<sup>2</sup> De referir que a expressão elementos, ao se referir de polícias é considerado para muitos profissionais de polícias um termo pejorativo, pelo que, defendem de que devem ser tratados apenas por polícias e não elementos policiais.

táticas policiais com o intuito de promover uma maior aproximação entre a polícia e os cidadãos. Esses, foram os precursores do policiamento de proximidade, como é denominado na Europa do Sul, ao passo que, nos países anglófonos é denominado por policiamento comunitário (Elias, 2018). Trata-se de um modelo que apela para uma maior proximidade maioritariamente, “ao nível do relacionamento cada vez maior com outros atores institucionais e não institucionais” (Gomes, Dias, Leitão, Mendes, & Oliveira, 2001, p. 3).

Este modelo de policiamento, é na sua essência pensado e implementado a partir da hierarquia<sup>3</sup>, para baixo, ou seja, é o governo que dita as políticas atinentes para a segurança pública e à Polícia, que têm por missão cumprir e fazer cumprir junto das comunidades. A estratégia deste modelo é pensada para todo o território nacional e uniformizado para toda a estrutura policial. Trata-se de um modelo imbuído de um conjunto de estratégias focadas para a resolução de problemas que interferem na segurança objetiva dos cidadãos e que atraem o sentimento de insegurança, onde se procura ao máximo promover um contacto direto e sistemático entre a Polícia e o cidadão. Neste âmbito, a Polícia tem adotado vários métodos para se chegar ao cidadão, basta pensar nas ferramentas tecnológicas, como por exemplo, o recurso às mais variadas plataformas digitais como as redes sociais. A filosofia estratégica deste modelo de policiamento visa aplicar menos o patrulhamento auto e motorizada, procurando adotar mais, o patrulhamento a pé, tendo em conta que o objetivo é convidar os cidadãos para uma maior aproximação e interação com a polícia. O modelo tem como prioridade o contacto e colaboração com as pessoas, o que facilita a obtenção de informações importantes para auxiliar a investigação e resolução de ocorrências dentro da comunidade (Elias, 2018).

Deste modo, para o sucesso do policiamento de proximidade é fundamental a iniciativa de algumas atividades por parte da polícia que promovam um ambiente saudável com a comunidade, como por exemplo (Elias, 2011):

- ✓ Encontro ou reuniões frequentes com a comunidade;
- ✓ Dar satisfação às maiores preocupações colocadas pelos cidadãos (como a falta de iluminação nas ruas, lixo no chão, etc.);
- ✓ Estabelecer encontro com escolas, igrejas, administração local e idosos;
- ✓ Fazer parceria com entidades públicas e privadas, e também com os cidadãos, para um trabalho mais partilhado e participativo.

---

<sup>3</sup> Poder ou estrutura central

As características deste modelo de policiamento podem ser determinadas pelos seguintes traços (Oliveira, 2006):

- Os agentes devem ser mais flexíveis e não um mero representante da ordem ou aquele que impede o cometimento de crimes na via pública ou no seio da comunidade;
- A polícia deverá antever os problemas que a comunidade possa vir a ter, através de um sistema de vigilância e previsões que apela para a participação dos moradores na prevenção de crimes;
- A polícia atua de várias formas, quer proativa quer reativa, de acordo com a situação em causa, ou seja, não aplica uma única tática;
- A polícia procura fortalecer cada vez mais contactos com a comunidade, através de patrulha apeada no interior do bairro, criação de postos móveis e a colaboração com coordenadores da comunidade;
- Criação de políticas de prevenção virada para grupos mais vulneráveis como crianças e idosos;
- Uma força de segurança mais descentralizada, em que a estrutura hierárquica incute aos agentes, por exemplo, responsabilidade e autonomia para realizar atividades na sua área de jurisdição.

De um modo geral, o policiamento de proximidade é um dos caminhos mais viáveis para se aproximar dos cidadãos, perceber os reais problemas e os porquês da criminalidade e do sentimento de insegurança para a aplicação adequada de estratégias que melhor satisfaçam as necessidades de tranquilidade e segurança dentro da comunidade.

#### **2.3.1.1. O modelo de policiamento vigente em Angola**

Aproveitando o raciocínio do modelo de policiamento de proximidade acima abordado, é importante frisar que atualmente o modelo de policiamento adotado em Angola é o policiamento de proximidade. Durante alguns anos, este modelo de policiamento foi sendo parte das agendas estratégicas da Polícia Nacional, mas foi precisamente em 2017, que se tornou um assunto de tratamento urgente nas políticas públicas de segurança, maioritariamente a proximidade polícia e cidadão (Diário de Notícias, 2017).

No seguimento desta filosofia de atuação policial, surge a 6 de dezembro do ano de 2019, o projeto denominado “Nossa Esquadra”. Este projeto foi lançado pelo atual “Comandante–Geral da Polícia Nacional (PN), Comissário–Chefe Paulo Gaspar de Almeida, (...) no município de Viana (...), que visa uma resposta rápida às ocorrências (...)” (Novo Jornal, 2019).

O referido dirigente, frisou que “o projeto permitirá uma melhor prestação de serviço dos efetivos da PN, (...)” (Novo Jornal, 2019) e lembrou ainda que, outrora “o público vinha, queixava-se e não tinha respostas, então estas esquadras vêm para recolher informação e reagir perante aquilo que são denúncias que o público faz. Outra questão fundamental é a proximidade e o trabalho que as esquadras vão fazer com as comunidades (...)” (Novo Jornal, 2019). Ainda no âmbito do policiamento de proximidade, faz parte do projeto nossa esquadra, o melhoramento na resolução da problemática da violência doméstica, fenómeno social que tem vindo a merecer atenção do Comandante–Geral, referindo-se que “hoje fala-se muito da violência doméstica e outras coisas mais, vamos ter uma sala que vai atender a essas situações” (Novo Jornal, 2019).

Para terminar, é nossa intenção integrar neste novo modelo de policiamento adotado pela Polícia Nacional de Angola, estratégias ligadas à prevenção criminal através do ambiente construído, criando nos agentes policiais de proximidade a cultura de princípios básicos sobre urbanismo, a fim de serem estes o veículo para que a mensagem de boas práticas de prevenção criminal através do espaço físico chegue aos moradores.

### **2.3.2. Policiamento Orientado pelas Informações (POI)**

As informações, servem de cajado para o apoio da atividade operacional das forças de segurança, na medida em que lhes proporciona maior conhecimento sobre determinado crime, permitindo de igual modo a antecipação de situações futuras que podem comprometer a segurança dos cidadãos e seus bens.

Assim, o sucesso da missão policial está intrinsecamente ligado às informações, sendo sem dúvidas, um bem essencial para o mover de todas dinâmicas de que as missões policiais necessitam. Porém, este sucesso depende muito de como estas informações são geridas por aqueles que têm contacto direto com as ocorrências. Por esta razão, têm os operacionais responsabilidades acrescidas no que toca à recolha e preservação da informação, devendo mesmo ser considerada a informação como um recurso intangível e indispensável, pelo facto

de gerar conhecimento que apoia as estratégias e decisões quer a nível estratégico quer a nível operacional (Camacho, 2015).

O modelo de Policiamento Orientado Pelas Informações, teve a sua origem no Reino Unido, em *Kent Constabulary*, por volta dos anos 90, tendo como precursor Sir David Philips. Este modelo foi uma resposta ao elevado escalamento de prática de crimes contra o património como roubos e furtos, tendo a aplicação do modelo resultados satisfatórios, graças ao maior foco das autoridades policiais em crimes mais recorrentes na sua área de jurisdição, através da criação de unidades de *intelligence*, para melhor atender ocorrências criminais em ofensas contra o património. Posteriormente, este modelo foi difundido por outros lugares, como o exemplo dos Estados Unidos da América, que passou a utilizar para além do objetivo inicial que era o de prevenção de crimes, usa-o hoje também para o combate do terrorismo. Para além disso, este modelo, tem por finalidade oferecer ao comandante uma visão ampla e mais completa sobre a realidade criminal da sua área de responsabilidade, para que este consiga fazer uma gestão mais acertada dos recursos a serem definidos dependendo do contexto criminal (Moleirinho, 2018).

De acordo com Elias (2018), “este policiamento Orientado pelas Informações requer uma interpretação abrangente de toda a informação recolhida através dos mais diversos meios: vigilâncias, interrogatórios, informadores, análise de padrões criminais, informação sociodemográfica e outros dados de fontes não policiais” (p. 141). Segundo Ratcliffe *cit in* Moleirinho (2018), o Policiamento Orientado pelas Informações “salienta a análise e as informações como fundamentais para cumprir um objetivo, um quadro de tomada de decisão que prioriza os pontos quentes da criminalidade, os infratores e os grupos de criminosos reincidentes” (p. 108).

Quanto ao seu conceito Elias (2018), refere que “o conceito de informações é suportado por uma diversidade de significados, que pode variar de um termo mais técnico até ao uso quotidiano e que emprega noções como comunicação, controlo, instrução, dados, conhecimento, perceção e representação de conhecimento” (p. 104). Pode dizer-se ainda que, “conceptualmente, as informações resultam da análise interpretativa de notícias situadas, obtidas por fonte aberta ou coberta (...)” (Clemente, 2010, p. 159).

Embora não seja o foco principal nesta abordagem, torna-se fundamental descrever a diferença existente entre dados, informações e Inteligência.

Assim, fala-se em dados quando estamos na presença de determinado facto, que pode ser de natureza qualitativa ou quantitativa, observado de forma isolada sem se poder extrair

qualquer significado. No caso da informação, é nada mais do que o tratamento desses dados, dando-lhe um grau de significado e relevância (Fernandes, 2014).

Quanto à inteligência, esta é definida como sendo “a integração e interpretação das informações, num determinado fim, que permitem a geração de conhecimento (...)” (Fernandes, 2014, p. 80). É ainda definida como “o resultado do conjunto de notícias, dados e factos recolhidos, que através de um processo metódico e sistematizado são transformados em «informação» útil, pertinente e com valor acrescentado para a atividade da Polícia” (Elias, 2018, p. 106).

Voltando à questão da informação, de acordo com Braz (2020), esta “uma vez sujeita a um processo de tratamento sistemático através de sistemas centralizados que garantam a sua compilação, análise, avaliação e difusão em tempo útil, transforma-se em conhecimento de criminalidade” (p. 70).



(adaptado de Braz, 2020)

Deste modo, conforme o processo anterior, a produção ou tratamento da informação inicia com a compilação ou recolha de dados através das fontes abertas ou fechadas; de seguida é submetida a análise, avaliação e sua difusão já como inteligência ou conhecimento de criminalidade como refere (Braz, 2020).

Portanto, o POI revela-se num modelo de policiamento de extrema importância para a atividade policial, seja de prevenção ou de combate à criminalidade, por esta razão, “o investimento neste domínio, e muito particularmente na formação de analistas, tem natureza prioritária em muitas organizações policiais” (Braz, 2020, p. 71).

### **2.3.3. Policiamento Orientado para o Problema (POP)**

Este modelo de policiamento foi desenvolvido por Herman Goldstein, por volta do ano de 1979, em Chicago. Genericamente, O POP tem por finalidade a identificação e análise cuidadosa dos problemas observados de forma sistemática em atividades operacionais, com o

objetivo de se encontrar estratégias e atalhos de atuação que respondam aos problemas (Moleirinho, 2018).

No mesmo raciocínio Elias (2018), acrescenta que “o policiamento orientado para os problemas procura identificar as causas subjacentes à criminalidade e sistematizar respostas apropriadas, utilizando uma diversidade de estratégias inovadoras” (p. 124). Dito de outro modo, este modelo apresenta uma nova forma de abordagem, comparado a uma realidade mais reativa e muitas vezes descontextualizada outrora assistida, trata-se de uma filosofia de atuação que procura incidir sobre às causas do fenómeno criminal evitando a sua repetição (Chalom *cit in* Oliveira, 2006).

Neste seguimento, para a resolução desses problemas criminais que surgem com maior frequência na comunidade, o modelo POP obedece a quatro etapas fundamentais (Oliveira, 2006):

- 1- **Identificação:** nesta etapa, procede-se à identificação do problema criminal que mais preocupa os moradores e a polícia, que pode ser feita não apenas pelos agentes policiais, mas com a participação da própria comunidade;
- 2- **Análise:** após a identificação do problema segue-se a análise deste, e para tal, recorre-se a diversas fontes de informação, como documentos policiais, instituições públicas e privadas e a própria comunidade, sendo esta uma das fases mais importante deste modelo de policiamento;
- 3- **Resolução:** depois de uma análise profunda do fenómeno criminal identificado, a fase da resolução é a etapa de aplicação da resposta estratégica encontrada para o problema. Assim, é necessário encontrar soluções para cada problema através, por exemplo, de estratégias de mediação, mobilização da comunidade, pela aplicação das leis e por políticas de prevenção da criminalidade (Skogan & Brodeur *cit in* Oliveira, 2006);
- 4- **Avaliação:** por último, cabe aos decisores nesta fase, efetuar a avaliação dos resultados ou efeitos obtidos pelas estratégias de resolução implementadas ao problema (Skogan & Brodeur *cit in* Oliveira, 2006).

Este modelo de policiamento, procura conhecer a raiz do problema ou fenómeno criminal que mais preocupa a comunidade e a polícia, proceder à sua análise de forma minuciosa recorrendo a várias fontes, desde instituições, documentos, à comunidade e à própria

polícia com a finalidade de delinear estratégias exequíveis à solução do problema em causa e evitar futuramente a sua repetição.

De um modo geral, e chegando ao fim da abordagem dos modelos de policiamentos, pode-se dizer que a partir do policiamento de proximidade é possível também aplicar o policiamento orientado pelas informações e o policiamento orientado para o problema, ou seja, podem ser aplicados ao mesmo tempo, a começar por uma relação de proximidade com a comunidade, como condição *cine qua non* para o sucesso dos outros modelos.



## **CAPÍTULO III: POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA E, CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO CATAMBOR**

### **3.1. A Polícia Nacional de Angola (enquadramento legal e atribuições)**

#### **3.1.1. Caraterização da Polícia Nacional de Angola**

A génese da “Polícia Nacional de Angola”<sup>4</sup>, resulta de um processo longo até se tornar na atual força de segurança pública. Assim sendo, a criação da Polícia Nacional de Angola, está intimamente ligada à história da conquista da independência nacional. Neste ponto, Santos refere que “o surgimento da Polícia angolana se deu na véspera da independência da República de Angola, tendo em conta as consequências surgidas depois dos Acordos de Alvor, em Portugal” (Santos, 2019, p. 18).

Deste modo, “a Polícia Nacional tem origem na antiga Polícia de Segurança Pública (PSP), da administração colonial portuguesa, e que, com a independência da República de Angola, em 1975, foi reformulada, dando origem ao Corpo de Polícia Popular de Angola (CPPA)”<sup>5</sup> (Agência Angola Press [ANGOP], 2019). Frise-se que, é considerado dia da sua fundação o dia 28 de fevereiro “(...), isto em 1976, segundo a história (...)” (Televisão Pública de Angola [TPA], 2012), ou seja, foi fundada um ano a seguir a proclamação da independência, pelo então primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto. E, segundo Santos, “desde então a Polícia Popular foi sofrendo várias reorganizações, (...). Em 1993 a Polícia Popular passou a denominar-se Polícia Nacional, denominação esta que veio alterar-se para PNA, Polícia Nacional de Angola (...)” (Santos, 2019, p. 19), uma designação que vincula até hoje.

---

<sup>4</sup> A Polícia Nacional de Angola, teve a sua génese logo após o período colonial no território angolano, a semelhança dos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (adiante PALOP), e que hoje carregam uma parte da herança colonial portuguesa no âmbito da Segurança Pública.

<sup>5</sup> Para mais informações consulte: [https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2019/1/9/Policia-Nacional-assinala-anos-existencia,4349fef6-a25e-4ef9-97d6-6b856dff3d47.html](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2019/1/9/Policia-Nacional-assinala-anos-existencia,4349fef6-a25e-4ef9-97d6-6b856dff3d47.html)

### 3.1.2. Enquadramento legal e atribuições

A base legal da criação e funcionamento da Polícia Nacional de Angola, encontra-se postulada primeiramente na Constituição da República de Angola, art.º 210º, tendo como epígrafe “Polícia Nacional” e no Decreto Presidencial n.º 152/19, de 15 de maio, que cria o “Estatuto Orgânico da Polícia Nacional”<sup>6</sup>.

Deste modo, o n.º 1.º, do art.º 210.º da CRA, refere que a Polícia Nacional é a instituição nacional policial, permanente, regular e apartidária, organizada na base da hierarquia e da disciplina, incumbida da proteção e asseguramento policial do País, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte.

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 152/19 de 15 de maio, a Polícia Nacional de Angola, abreviadamente designada por PNA é uma força militarizada, uniformizada e armada, com natureza de força de segurança pública, dotada de autonomia operacional, administrativa, financeira e patrimonial. Quanto a sua missão, as alíneas a), b), c) e d) do n.º 2, do art.º 2 do mesmo Decreto Presidencial referem que a PNA tem por missão:

- a) Assegurar a legalidade democrática;
- b) Garantir a segurança pública e o exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- c) Manter a ordem e tranquilidade públicas;
- d) Colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei.

Para o cumprimento integral dessas missões que lhe são acometidas, a PNA dispõe de uma panóplia de atribuições<sup>7</sup>, onde passaremos a citar algumas, presentes no artigo 4.º do referido Decreto Presidencial.

Assim sendo, à PNA cabe: a) Garantir o normal funcionamento das instituições e o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; b) Assegurar o respeito pela legalidade democrática, mantendo ou restabelecendo a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança das pessoas e a proteção dos seus bens e d) prevenir e reprimir a delinquência juvenil, criminalidade em geral e as transgressões administrativas ( Vide art.º 4, n.º2 do Decreto Presidencial n.º 152/19 de 15/5).

---

<sup>6</sup> O referido diploma, estabelece a organização e funcionamentos de todos os órgãos que compõem a PNA.

<sup>7</sup> Para ver todas as atribuições consulte o artigo 4.º do referido Decreto Presidencial n.º 152/19 de 15/5.

No que tange a sua hierarquia, “a Polícia Nacional é chefiada por um comandante-geral, com os órgãos centrais do Comando Geral, Comandos provinciais, Distritais, Esquadras, Postos policiais, Destacamentos Policiais, repartidos em áreas operacionais (Ordem Pública e de Intervenção), correspondendo a vários Comandos e Direções Nacionais” (ANGOP, 2019).

Assim sendo, importa ressaltar que Angola, oficialmente República de Angola, então província ultramarina de Portugal, tornou-se independente a 11 de novembro de 1975. Afirma-se como um Estado de direito democrático, tal como consagra a Constituição da República de Angola no seu n.º 1, do art.º 2.<sup>º</sup>.

Geograficamente, Angola está localizado na África austral, ou seja, “na África Central Ocidental, a sul do equador.

Quanto as suas fronteiras, Angola, constituída por 18 províncias, está localizada a Norte pelo pela República Democrática do Congo e a República do Congo, a Sul pela Namíbia, a Leste pela Zâmbia e novamente pela República Democrática do Congo e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

### **3.2. Breve caraterização geográfica da província da Luanda**

A história de Angola regista que “a cidade de Luanda foi fundada no dia 25 de janeiro de 1575, por um capitão português chamado Paulo Dias de Novas ao desembarcar na ilha de Luanda com cerca de 700 homens (forças armadas, religiosos, funcionários)”<sup>9</sup> (Damba, 2014). Acresce que Luanda tem atualmente 444 anos, sendo uma das cidades mais antigas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa «PALOP».

Prosseguindo, “Luanda é a capital política e económica de Angola, território original do povo ambundu. É o centro decisório e considerada a província das oportunidades. Por essa razão, é a mais populosa do país” (Chr. Michelsen Institute [CMI], 2019), estando localizada no centro-norte de Angola.

Quanto aos seus municípios, o Decreto – Lei 18/2016, de 17 de outubro, Lei da Divisão Político – Administrativa da província de Luanda, divide a província de Luanda em nove (9) municípios, com respetivos distritos, designação que não fazia parte na anterior divisão

---

<sup>8</sup> 1. A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.

<sup>9</sup> Para mais detalhes ver em: <http://www.mundamba.com/2014/05/origem-do-nome-luanda.html>.

Político-Administrativa. Em conformidade com o referido diploma, o n.º 1, do artigo 67.º atesta que a província de Luanda, com sede na cidade de Luanda compreende os municípios de Luanda, de Icolo e Bengo, da Quiçama, de Cacuaco, do Cazenga, de Viana, de Belas, do Kilamba Kiaxi e do Talatona.

Quanto ao município de Luanda, de acordo com o Decreto – Lei em alusão, este, compreende sete distritos: o distrito urbano do Sambizanga, do Rangel, da Maianga, da Imgombota, da Samba, do Neves Bendinha e do Ngola Kiluanje (art. 69.º, Decreto – Lei 18/2016, de 17 de outubro). Assim sendo, faremos, no tópico a seguir, uma breve exposição de alguns diplomas que regulam a concessão e utilização de terras para habitação em Angola.

### **3.3. Quadro Legal de acesso à parcela de terra, para habitação em Angola**

O direito à habitação está consignado primeiramente no art. 85.º da CRA, tendo como epígrafe “Direito à habitação e à qualidade de vida”, o referido artigo consagra que todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

Todavia, o n.º 1.º, do art.º 98.º da CRA sublinha que, a terra é propriedade originária do Estado e integra o seu domínio privado, com vista à concessão e protecção de direitos fundiários a pessoas singulares ou colectivas (...) sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo. Quanto à concessão de terra, o n.º 3.º deste artigo refere que, a concessão pelo Estado de propriedade fundiária privada, bem como a sua transmissão, apenas são permitidas a cidadãos nacionais, nos termos da lei.

Assim sendo, existe em Angola, dois diplomas fundamentais que regula a concessão de terra e sua finalidade:

- ✓ Lei das Terras (Lei nº 9/04 de 9 de novembro);
- ✓ Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 3/04 de 25 de junho).

Já quanto à concessão de terreno, o disposto no n.º 1, do art. 20.º da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro postula que, o Estado pode transmitir a pessoas singulares de nacionalidade angolana o direito de propriedade sobre terrenos urbanos concedíveis integrados no seu domínio local.

Neste seguimento, à semelhança da Constituição e da lei de terras supracitada, a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lei nº 3/04 de 25 de Junho, no seu art.º 5.º, n.º 1, destaca que, incumbe ao Estado promover e orientar a política de ordenamento do território,

nos termos da presente lei e a sua compatibilização com as políticas do desenvolvimento socio-económico e cultural. Para tal, o n.º 4, do mesmo artigo sublinha que, as pessoas coletivas e singulares privadas têm o dever de colaborar com o Estado, (...) na promoção do ordenamento do território.

De referir que, bairros como o Catambor e muitos outros bairros da capital de Luanda, com imagens e características urbanísticas deficitárias, surgiram num contexto muito particular, de conflito armado, tal como se referiu na nota introdutória.

Acresce que neste contexto de conflito interno, o Estado angolano tinha como prioridade o fim da guerra. Esta é a explicação para o fenómeno de ocupação de terras sem o devido acompanhamento das autoridades de proficiência. Portanto, o momento agora é de se encontrar estratégias ou soluções sobretudo de segurança e prevenção da criminalidade nesses bairros, que representam grandes desafios para as forças de segurança, apesar dos esforços que tem vindo a desempenhar.

### **3.4. Bairro Catambor (caraterização geográfica e socioeconómica)**

O bairro Catambor, objeto do nosso estudo, está localizado no distrito urbano da Maianga, capital de Luanda, conforme o mapa<sup>10</sup> abaixo, na Figura 1.

*Figura 1- Localização do bairro Catambor em Luanda*



*Fonte: [www.googlemapsluanda.com](http://www.googlemapsluanda.com)*

---

<sup>10</sup> Mapa da caraterização geográfica do Distrito Urbano da Maianga e do bairro Catambor.

Segundo Bettencourt (2011, p. 51), “Catambor resulta da ocupação informal dum vazio urbano entre (...) Maianga e (...) Prenda, tendo relação direta com a cidade formal; a coexistência de duas realidades muito distintas”. Uma pesquisa feita pelo Chr. Michelsen Institute, refere que “as antigas lavras e hortas deram lugar as novas residências, (...). No início, essa ocupação era feita por (...) casas de chapa, adobe ou pau-a-pique, que depois passaram para construções de blocos de cimento, (...)” (CMI, 2019). Tal como referido acima, a pesquisa desenvolvida pelo CMI reitera que “o bairro do Catambor localiza-se no município de Luanda, o mais populoso do país, distrito urbano da Maianga que tem 2,6 km<sup>2</sup> de superfície e uma população estimada em 91.521 habitantes” (CMI, 2019).

Quanto às características físicas do bairro Catambor, o referido estudo conclui que “a sua topografia tem várias zonas com declives e raramente se encontram espaços planos, o que dificulta o acesso ao seu interior. (...) O mais provável, (...), é que o nome foi atribuído pelo facto das primeiras casas do bairro terem sido construídas com chapas de tambores” (CMI, 2019).

Neste ponto, a observação feita no interior do bairro, mostrou a imagem de um bairro bastante difícil do ponto de vista da mobilidade, constituído maioritariamente por becos.

*Figura 2- Vista geral do bairro Catambor*



*Fonte: Higinio Castro*

Nesta senda, a imagem acima, ilustra a vista geral do bairro Catambor, na imagem é possível notar o contraste de uma cidade dividida, por um lado de uma área devidamente urbanizada, o centro de Luanda, também denominada por cidade alta e constituída

maioritariamente por edifícios. Do outro lado, um subúrbio erguido de forma menos regrada, resultado da apropriação informal dos espaços vazios da cidade, deixados pelos portugueses aquando das construções iniciadas na cidade de Luanda no período colonial. Com esta imagem pretendemos apresentar de forma ilustrada a existência de duas realidades que embora sejam interligadas entre si são-no ao mesmo tempo bastante distintas.

Desde já importa descrever outros detalhes sobre o bairro. Da realidade que se conhece, o bairro Catambor dispõe apenas uma rua principal, sem saída, pelo que, as viaturas que entram no bairro são obrigados a regressar pela mesma via, constituindo por exemplo dificuldades sobretudo para a polícia, em patrulhamento auto ou após um pedido de intervenção urgente.

No que concerne os habitantes residentes no bairro Catambor, de acordo com dados fornecidos pela administração local, atualmente o bairro é habitado por um número aproximado de 10.366 habitantes, tendo 1589 residências e estando o bairro estruturado por 5 quarteirões.

Por outro lado, o bairro é constituído maioritariamente por becos, que segundo a nossa perspetiva são locais que podem transmitir mensagens de insegurança, sobretudo de noite.

Por fim, o bairro possui várias casas abandonadas por moradores devido a criminalidade e, que servem hoje de depósitos de lixo dos moradores, que para além de ameaçar a saúde dos moradores, muitas, essas residências servem de esconderijo para criminosos assim como consumo e tráfico de drogas e até prática de violações.

### **3.4.1 Situação socioeconómica**

Quanto à situação socioeconómica do bairro, “atendendo ao facto do bairro estar no interior da cidade, perto do centro de Luanda, torna-o bastante cobiçado para projetos imobiliários. Por esta e outras razões têm havido tentativas de realojamento dos seus moradores em outras zonas mais longínquas” (CMI, 2019).

Apesar de ser uma vantagem o facto de o bairro estar localizado no centro da cidade, e com isto mais próximo dos diversos serviços públicos e dos empregadores, trata-se de um musseque<sup>11</sup> como é denominado na língua Quimbundu<sup>12</sup>, pelas características urbanísticas deficientes e degradadas, dispõe de água potável e canalizada da rede pública e energia elétrica

---

<sup>11</sup> Nome que se atribui à bairros de renda baixa ou situados nas zonas periféricas da capital.

<sup>12</sup> Língua falada pelos nativos de Luanda e outras províncias mais a norte de Angola, para além do português.



da rede pública, no entanto, uma boa parte dos residentes não beneficia desta energia. Ainda quanto ao fornecimento de energia, este não é estável, ou seja, é fornecida com muitas dificuldades, principalmente o período noturno, sem esquecer da falta de postes suficientes para iluminação das ruas, que decerto pode avivar o sentimento de insegurança e a prática de crimes.

Para uma maior perceção das características físicas do bairro em estudo, os anexos 3, 4 e 5 ilustram de forma mais detalhada o interior do bairro Catambor.

### **3.4.2. A criminalidade no bairro**

No que tange o quadro criminal do bairro Catambor, importa sublinhar primeiramente que, dadas as dificuldades para obtenção de dados estatísticos sobre a criminalidade, foi possível obter apenas dados criminais dos últimos seis meses, do pretérito ano de 2019.

Assim sendo, conforme Franco e João (2017), apesar de as estatísticas policiais não serem fontes suficientes para se medir a evolução da criminalidade de determinada localidade ou área, são os meios disponíveis e mais usados para se ter uma ideia sobre a realidade criminal da área em estudo. Com isso, ilustraremos a seguir com recurso a um gráfico, dados estatísticos ligados à realidade criminal do bairro Catambor, fornecidos pela 5ª Esquadra de polícia responsável pelas questões da segurança local.



(adaptado do relatório semestral sobre a criminalidade no Catambor, 2019).

De uma forma geral, conforme o gráfico acima, os crimes mais praticados são: crimes contra o património, crimes contra a propriedade e segundo o relatório fornecido por aquela subunidade, é comum, por exemplo, a prática de roubo por esticção (telemóveis, colares, bolsas e etc.), assaltos em residências com recurso à arma de fogo e crimes de violação sexual, com maior incidência no período noturno.



Com esses dados conseguimos ter uma perspetiva, embora reduzida, da criminalidade no bairro Catambor, sendo que no próximo capítulo, que tratará do método, será dedicado à análise dos dados recolhidos sobre a realidade urbana do bairro, com o objetivo de constatar se realmente a sua estrutura arquitetónica e urbana influenciam ou não em grande parte a criminalidade.

## CAPÍTULO IV: OPÇÕES METODOLÓGICAS

### 4.1. Enquadramento metodológico geral

Antes de começarmos com o enquadramento metodológico da nossa dissertação, torna-se importante referir que “a investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, reflexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais” (Coutinho, 2014, p. 8). Assim sendo, com o passar do tempo o homem sentiu-se obrigado a aprimorar os métodos de investigação, de compreensão e explicação dos fenómenos sociais a medida que esses foram surgindo, com a finalidade de tornar a investigação mais fiável, ou seja, científica.

De acordo com Silva e Pinto (2014), “a forma particular de conhecimento de que se reclamam as disciplinas sociais constitui criação histórica recente. A emergência dessa maneira peculiar de pôr problemas e propor soluções testáveis a que se chama, em sentido lato, método científico (...)” (p. 7). Na verdade, o método científico é um cunho irrefutável e indispensável no mundo académico, servindo-se de bússola para investigação de problemas sociais, assim como, a credibilidade e fiabilidade das soluções encontradas.

Neste seguimento, o método científico define-se como “(...) um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p. 7), é um facto de que “a evolução do conhecimento em ciências sociais caminha a par com a evolução do método” (Espírito Santo, 2015, p. 7). Sendo que ninguém está isento da observância dos princípios metodológicos construídos e convencionados para guiar a investigação, pode-se dizer que qualquer trabalho científico exige do investigador a definição do método a utilizar, sendo, a forma mais adequada para atingir os seus objetivos e tornar a investigação fiável e credível.

#### **4.1.1. Método**

Segundo Espírito Santo (2015) “a inventariação do método, por um lado, e a exposição das opções possíveis e seguidas, por outro, permite clarificar percursos e consolidar a validade do caminho escolhido” (p. 8).

Assim, para a concretização desta dissertação escolhemos o método de investigação de abordagem qualitativa. A escolha deste método de natureza qualitativa prende-se pelo facto de serem considerados métodos “compostos, essencialmente, pelas técnicas da observação participante e da entrevista” (Espírito Santo, 2015, p. 27).

No que tange o tipo de estudo seguido nesta dissertação, tendo em conta que a problemática associada ao desenho urbano e aos seus impactos na criminalidade é uma área pouco estudada em Angola, o nosso estudo é de tipo exploratório, sendo o tipo de estudo que visa “(...) proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou dificilmente estudada (...)” (Sousa & Baptista, 2014, p. 57).

#### **4.1.2. Tipo de pesquisa**

Segundo Alves, em trabalhos científicos “o pesquisador pode fazer dois tipos de pesquisa: documental e bibliográfica. Estes dois tipos de pesquisa têm o mesmo objeto de investigação – o documento. (...) A documental utiliza fontes primárias e a bibliográfica utiliza estudos feitos por outros autores sobre o tema, ou seja, utiliza fontes secundárias” (2012, p. 37).

Neste raciocínio, de acordo com os nossos objetivos de estudo, e dada as dificuldades na recolha de dados, pelo facto de o nosso campo de estudo ser Angola, a nossa investigação é documental e maioritariamente bibliográfica.

Assim, recorreremos às informações disponíveis em jornais, sites, relatórios de ocorrências criminais (superiormente autorizados), livros ligados ao tema, Constituição da República de Angola e demais leis, teses, dissertações, revistas e outros artigos científicos necessários para o nosso estudo.

De um modo geral, a nossa pesquisa socorrer-se-á de fontes primárias e fontes secundárias, ou seja, estaremos diante de uma pesquisa documental e predominante bibliográfica.

#### **4.1.3. Técnica de recolha de dados**

No que tange à técnica de recolha de dados Sousa e Baptista (2014) definem como sendo, “o conjunto de processos operativos que nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação” (p. 70). Nesta fase, de acordo com Reis (2018), “o investigador terá que optar pelos instrumentos que melhor se adequam ao seu estudo, nomeadamente os objetivos a atingir, as questões de investigação, (...)” (p. 88). Por conseguinte, “são vários os fatores que levam à escolha de diferentes instrumentos de recolha de dados, como tal deve-se conhecer as suas vantagens (...)” (Reis, 2018, p. 89).

Deste modo, para a recolha dos dados preconizados nesta dissertação, optamos pela entrevista. Preferimos este instrumento porque “(...) os conteúdos são mais ricos em informação” (Sarmiento, 2013, p. 28). O que constitui para nós uma vantagem, porque permitirá uma maior exploração de opiniões dos entrevistados sobre a realidade do bairro.

#### **4.1.4. Participantes**

A recolha dos dados que tornou possível a perceção do problema que nos propusemos estudar, foi feita às entidades com maior domínio do estado de urbanização e da criminalidade no bairro Catambor, através de entrevistas formais. Assim, para os entrevistados foram selecionamos o Sr. Administrador do bairro Catambor (E\_1); o Comandante da 5ª Esquadra de Polícia, Subinspetor (E\_2); o Comandante Adjunto da 5ª Esquadra, Subinspetor (E\_3); o Chefe de Setor do bairro Catambor, Subinspetor (E\_4); o Chefe de Setor da Maianga, Subinspetor (E\_5) e o Chefe de pelotão da esquadra, Subinspetor (E\_6).

#### **4.1.5. Corpus**

Quando ao corpus do nosso estudo, de acordo com Vala, “Se o material a analisar foi produzido com vista à pesquisa que o analista se propõe realizar, então, geralmente, o corpus da análise é constituído por todo esse material” (2014, p. 109). Dito de outro modo, o corpus são as fontes que o investigador recorreu para a obtenção dos dados a serem analisados. Nesta senda, o corpus do nosso estudo é constituído por 6 entrevistas, devidamente organizadas e prontas a serem analisadas.

#### **4.1.6. Entrevistas**

Conforme a definição de Sarmento, a entrevista “é um conjunto de perguntas (designado por guião), que são respondidas necessariamente por via oral” (2013, p. 30). Esta técnica, “constitui um dos instrumentos de recolha de dados e consiste na obtenção de informações dos participantes relativas à questão e objetivos da investigação” (Reis, 2018, p. 91). As entrevistas são também consideradas como uma forma de investigação qualitativa e que pode ser utilizada de forma isolada (Sarmento, 2013), ou seja, é facultativo a incorporação de uma outra técnica.

Quanto à sua vantagem, na ótica de Bell (2010, p. 137) “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer”. Para além disso “(...) contrariamente ao inquérito por questionário há um contacto direto falado entre o investigador e os interlocutores” (Sarmento, 2013, p. 30).

Por outro lado, de acordo com Espírito Santo “o investigado pode também usar a técnica da entrevista nos seus múltiplos tipos (estruturada, semiestruturada, não estruturada, (...); de grupo, individual; etc.)” (2015, p. 32). Deste modo, nesta investigação foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Trata-se de um tipo de entrevista em que “o investigador segue, de forma aleatória, um conjunto de questões provenientes de um quadro teórico combinando perguntas abertas e fechadas, de forma a aprofundar a evolução da população em estudo” (Reis, 2018, p. 94).

## **4.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Para a análise dos dados recolhidos, recorreremos à análise de conteúdo. Segundo Sarmento (2013), “a análise de conteúdo é uma técnica explicável, que classifica e reduz o número de palavras de texto, em categorias de conteúdo” (p. 53). Na ótica de Vala (2014) a análise de conteúdo “é uma técnica de tratamento de informação, não é um método. Como técnica pode integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação (...)” (p. 104), Espírito Santo (2015) refere ainda que se trata de “(...) uma técnica inserida na metodologia das ciências sociais com importância particular na aplicação a estudos

da área da comunicação, da sociologia, da ciência política, da psicologia, de entre outras” (p. 68).

Assim, nesta fase segundo Sousa e Baptista (2014) “após a recolha da informação, o investigador terá necessidade de proceder à sua seleção. Não sendo possível analisar toda a informação recolhida, o investigador terá de selecionar aquela que tem maior importância e que seja mais relevante para dar resposta às questões da investigação” (p. 107). Neste raciocínio, Quivy & Campenhoudt (2008) acrescentam que “(...), a análise de conteúdo permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfaz harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, (...)” (p. 227). Por esta razão, Vala (2014) sustenta que “enquanto técnica de pesquisa, a análise de conteúdo exige a maior explicitação de todos os procedimentos utilizados” (p. 103).

Assim, de acordo com Sousa e Baptista (2014) “uma vez que nos estudos puramente qualitativos não há uma estrutura muito rígida que oriente a análise dos dados recolhidos, isso não implica que não deva existir rigor e critérios para o fazer” (p. 110). É neste sentido que a técnica de análise de conteúdo procura “(...) efetuar a categorização dos dados brutos da entrevista, que passam a dados organizados e com sentido bem estabelecidos” (Sarmiento, 2013, p. 53).

Neste seguimento, para proceder à análise dos dados recolhidos, recorreremos à categorização dos dados. A categorização ou análise categorial, “é o tipo de técnica mais utilizado pela análise de conteúdo, e consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), (...)” (Vilelas, 2017, p. 394). Por sua vez, “as categorias são as rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado” (Vilelas, 2017, p. 396). Para Sarmiento (2013) categorias são “grupos de subcategorias com particularidades comuns a que o investigador atribui uma designação” (p. 53). Para tal, é importante que tais categorias surjam do documento que é o objeto de análise (Vilelas, 2017), que no caso desse estudo são as entrevistas. Dito de outro modo, a categorização genericamente permite selecionar características comuns dentro do texto das respostas dadas pelos entrevistados à determinada questão colocada.

Quanto às subcategorias segundo Sarmiento (2013), “são conjuntos de unidades de registos, agregadas segundo as particularidades comuns, que contribuem para caracterizar as categorias, a que o investigador atribui uma designação” (pp. 53-54). Já quanto às unidades de registos Vilelas (2017) define como sendo “seguimentos específicos do conteúdo (...)” (p. 198), em outras palavras “(...) trata-se de uma unidade de segmentação ou de corte, que pode

ser definida por uma palavra (palavra-chave), uma expressão (conceito-chave), uma frase ou um parágrafo” (Sarmiento, 2013, p. 54).

Fazem também parte da matriz de categorização, as unidades de contexto e unidades de enumeração. As unidades de contexto, como sustenta Vilelas (2017) “fixam limites de informações contextuais que podem apresentar a descrição de uma unidade de registo. (...) Quanto mais extensas são as unidades de registo e de contexto, mais dificuldades se levantam à validade interna da análise” (p. 398). Relativamente as unidades de enumeração, de acordo com Sarmiento (2013), “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) numa entrevista e/ou em várias” (p. 54). Porém, importa sublinhar que a nossa análise cingir-se-á simplesmente na qualidade do discurso dos entrevistados.

De referir que a análise de conteúdo, é feita dentro de uma matriz sendo que, após a construção dessa matriz, com as devidas categorias e subcategorias criadas “elaboram-se as conclusões, quanto à análise de conteúdo relativamente a todas as questões e ao global da entrevista” (Sarmiento, 2013, p. 55). Em último lugar, para a credibilidade dos dados analisados são necessários dois requisitos fundamentais, a validade e a fiabilidade (Sarmiento, 2013). De acordo com a autora supracitada “a validade dos resultados é definida como (...) a adequação entre os objetivos e os fins, sem distorção dos factos” (Sarmiento, 2013, p. 60), quanto a fiabilidade, “(...) diz respeito ao grau de confiança ou à exatidão da informação obtida” (p. 61).

#### **4.2.1. Procedimento**

De modo a compreender o impacto que o desenho urbano pode causar na criminalidade em determinado espaço, no caso o bairro Catambor, submergimos em torno de uma panóplia de fontes bibliográficas, desde livros, teses, dissertações, revistas e outros artigos científicos, como o previsto no princípio, afim de construir o nosso estado de arte, e o quadro teórico de um modo geral.

Como referimos anteriormente, para aferir tanto a realidade urbana como criminal do bairro em análise optamos por realizar entrevistas. Para tal, procedeu-se primeiramente à escolha dos entrevistados que, como preferência, foram selecionados os oficiais de polícia, da 5ª Esquadra, da PNA, responsáveis pelos diferentes setores do bairro, e também a Administração local. O nosso critério de seleção foi este pelo facto de serem os responsáveis que velam pela segurança e pela organização administrativa do bairro, ou seja, são as entidades

que consideramos mais idóneos para fornecerem informações com valor acrescentado, para a solidificação da nossa investigação.

Posteriormente, foi seguido um processo que começou por contacto informal, afim de se averiguar a disponibilidade dos entrevistados, e tendo sido consentido, de seguida procedeu-se à formalização da solicitação para entrevistas e recolha de outros dados relevantes conforme o Apêndice A, junto do Comando Geral da PNA, que por sua vez respondeu com um parecer favorável (Vide Anexos 1 e 2).

Importa sublinhar que, inicialmente o nosso propósito era o de obter pelo menos oito entrevistas, mas, dadas as dificuldades de contacto com as entidades antes solicitadas, foi apenas possível realizar seis entrevistas. Destas entrevistas, cinco foram dirigidas aos Oficiais de Polícia da 5ª Esquadra, nomeadamente o Comandante da Esquadra e quatro oficiais responsáveis pelos diferentes setores do bairro, em termos de contactos e proximidade com os residentes. Por último e não menos importante, foi entrevistado o administrador local.

De referir que não foi possível efetuar entrevistas de forma presencial atendendo à distância geográfica, pelo que, foi elaborado um guião e entregue aos entrevistados (Vide. Apêndice B). Assim, todas as questões das entrevistas foram respondidas e reenviadas em suporte de papel, possibilitando assim o início da análise de conteúdo.

Para a análise das entrevistas, uma vez escolhidos os temas principais e secundários, elaborou-se uma matriz de análise de conteúdo que permitiu a construção das categorias (Vide. Apêndice C). Por fim, procedeu-se ao tratamento e interpretação dos resultados obtidos, por meio de uma análise temática, sendo o tipo de técnica que “procura encontrar categorias e subcategorias associadas a unidades de registo, a partir do exame dos elementos constitutivos do texto” (Sarmiento, 2013, p. 48).

### **4.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O nosso estudo teve sempre por base a problemática do desenho urbano e a sua influência na criminalidade, para isso, trabalhamos afincadamente e com o auxílio do acervo bibliográfico disponível sobre a temática. Importa reiterar que o problema de investigação do nosso trabalho pretendeu saber até que ponto o atual desenho urbano do bairro Catambor influencia a criminalidade.



Relativamente aos objetivos, genericamente, para uma maior compreensão do tecido urbano do bairro em análise, procurou-se saber dos responsáveis pela segurança e organização político-administrativa do bairro (administração local), a perceção que têm sobre a estrutura urbana do bairro e a questão da criminalidade.

De forma específica, procurou-se com a ajuda das autoridades locais, avaliar os acessos das ruas e residências e a sua facilidade/dificuldade no que concerne à mobilidade por parte da polícia, em casos de notificação, cumprimento de mandado de detenção e buscas. Seguidamente procurou-se saber se a polícia e os responsáveis da administração do bairro têm conhecimento do modelo «CPTED», dadas as vantagens para a prevenção do crime. Procuramos ainda saber das Forças de Segurança, se têm sido solicitadas no momento da decisão para a implementação de algum projeto ou estabelecimento (comercial, discoteca, escola) no bairro, com o propósito de dar o seu parecer sobre a segurança. Por fim, definir estratégias que contribuam para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, para além das medidas adotadas pela esquadra local.

Assim sendo, para o esclarecimento das indagações vertidas acima, iniciamos a nossa investigação através de uma revisão minuciosa ao manancial bibliográfico disponível de autores que se dedicaram aos estudos atinentes quanto ao desenho urbano e as suas implicações na criminalidade. De igual modo, recorreremos a entrevistas, como uma das técnicas mais usadas em estudos de abordagem qualitativa, para obter informações capazes de responder às interrogações levantadas, sustentando-as com a fundamentação teórica desenhada ao longo do nosso estudo.

Relativamente às entrevistas feitas, e seguindo a ordem das categorias, num primeiro ponto a nossa análise de conteúdo revelou que os entrevistados partilham a mesma ideia no que concerne às condições urbanas do bairro Catambor. Questionados sobre a perceção que têm da estrutura urbana do bairro começaram por referir que “o bairro Catambor é resultado de um crescimento desordenado, e não planificado, (...) dando origem a uma imagem urbana mal estruturada” (E\_1). Por outras palavras, pode-se dizer ainda que “o bairro Catambor é configurado como um bairro suburbano “gueto” de difícil acesso para viaturas e motorizadas, é o resultado de uma estrutura arquitetónica desorganizada” (E\_2), por outro lado, o bairro apresenta “caraterísticas muito particulares, e que estão na base de grande parte dos problemas que afligem o bairro” (E\_1), na verdade, trata-se de um bairro que “apresenta uma estrutura muito desigual e cheio de desníveis, para além disso, encontra-se localizado entre prédios, é de um modo geral um musseque que trouxe alterações profundas no espaçamento transitório da

cidade, transformando-se num lugar onde os marginais fazem das suas, devido a desorganização” (E\_4). Acresce ainda que, a estrutura urbana do Catambor “não facilita em nada, sobretudo no que toca os serviços básicos para os moradores e apresenta acima de tudo grandes dificuldades para a mobilidade da polícia quando esta é solicitada” (E\_3). De um modo geral, “no que concerne à arquitetura do bairro, a avaliação é crítica em vários aspetos, desde as condições sociais, dificuldades de acesso no interior do bairro sem falar da criminalidade” (E\_5). Relativamente à urbanização e à criminalidade no bairro, as entidades entrevistadas referiram que “em termos urbano e estrutural, o bairro Catambor influencia em grande parte a criminalidade” (E\_3), revelaram ser uma realidade preocupante para os moradores “principalmente por causa das condições de acesso e dificuldades premente de iluminação” (E\_6). Por outro lado, “as construções desordenadas ao longo de décadas, a rede de becos e ruelas constituem também um grande desafio para as forças de segurança, na prevenção e controlo do crime” (E\_1). Nesta senda, foram apontadas algumas zonas consideradas mais afetadas pelo crime assim como os crimes mais praticados. Assim sendo, os criminosos “(...) geralmente praticam as suas ações nas zonas mais isoladas do bairro, essas são as zonas mais críticas e com escassa iluminação. (...) os crimes contra a propriedade e património são os mais praticados como o roubo e assaltos em residências” (E\_4). Portanto, “em termos criminais são mais afetadas as zonas em que os becos são mais estreitos e a iluminação é deficitária, para não dizer que é um problema do bairro todo, aumentando assim a incidência de assaltos e violações. Os assaltos a residências também são constantes” (E\_1).

Quanto aos acessos das ruas e residências, e sua facilidade/dificuldade em casos de notificação, cumprimento de mandado de detenção ou buscas pela polícia, os entrevistados foram unânimes nos seus pontos de vistas aludindo que “por não ter uma urbanização adequada e, com a ausência de identificação e numeração de casas e ruas o acesso é deficitário, pós, até mesmo os mandados não vêm com localização exata da residência em diligência” (E\_4). Esta é uma realidade derivada de complexidades não apenas para os moradores, como também para as autoridades locais maioritariamente a polícia, na medida em que “o contacto formal dos órgãos oficiais com a população, faz-se com muita dificuldade, no sentido em que grande parte das ruas e becos não possuem nomes oficiais e os números das residências são muitas vezes inexistentes, ou não estão ordenados” (E\_1). Acresce que o Catambor “é um bairro de difícil acesso, o que dificulta muitas vezes a localização de residências para a execução de mandados de detenção e buscas” (E\_5), ainda quanto às dificuldades para a atividade policial, outro entrevistado referiu que “as vias de acesso têm dificultado muito as intervenções, devido à quantidade de becos dentro do bairro” (E\_6), assim, em caso de notificação e cumprimento de

mandados pelos tribunais, “é complicado! Uma vez que as residências não possuem números definitivos, assim como as ruas não estão identificadas” (E\_2).

Quanto a saber se os polícias e os responsáveis da administração do bairro Catambor conhecem o CPTED, modelo indispensável na prevenção criminal, dois dos entrevistados afirmaram conhecer o modelo, referindo que se trata de um modelo que “aborda a cerca da prevenção de crimes tendo em conta a estrutura arquitetónica” (E\_2). Por outras palavras, é uma “estratégia que se aplica ao ambiente construído de modo a prevenir a prática de crimes e reforçar o controlo ou vigilância de forma natural, com maior envolvimento dos próprios moradores” (E\_4). No entanto, a maioria dos entrevistados desconhece a existência do referido modelo, e a título de exemplo referiram “este modelo é para mim uma novidade, nunca ouvi falar!” (E\_6), um outro reiterou “não tenho domínio da existência deste modelo CPTED” (5), o outro referiu “nunca ouvi falar do modelo CPTED” (E\_3). Sendo que um dos entrevistados optou por não responder.

Relativamente à solicitação da esquadra local, para dar parecer sobre a segurança em projetos urbanísticos ou estabelecimentos a ser erguidos no interior do bairro, os entrevistados apresentaram opiniões diferentes, começando por referir que “todas as ações, nos diferentes níveis da estrutura governativa/administrativa contam sempre com a presença e parecer das forças de segurança (E\_1), outro sustentou dizendo que “agora sim, somos chamadas. Para dizer que antigamente não se procedia desta forma” (E\_2). Diferente de há alguns anos, a opinião do entrevistado leva-nos a perceber que o quadro tende a melhorar, mais, a maioria dos entrevistados apresentou uma posição inversa o que revela que isso raramente acontece, de a polícia participar em planeamentos de projetos, ou seja, não se verifica, isto não é uma realidade, “apesar de o Estado já ter incentivado, tanto os serviços públicos e privados de construção civil, para essas boas práticas com a polícia” (E\_3), outro entrevistado reitera afirmando que “nem sempre isso acontece. Devo realçar que isso raramente se verifica na nossa esquadra” (E\_5). Outro entrevistado partilha a mesma opinião ao dizer que “não posso afirmar categoricamente, pois, não tenho conhecimento de que aquando da implementação de um projeto urbanístico as forças de segurança aqui são solicitadas, mais, pelos locais e a forma como certos projetos têm sido construídos, dá impressão que não, solicitam a polícia” (E\_4).

Questionados os entrevistados sobre possíveis medidas a serem implementadas com vista a prevenir a criminalidade e facilitar a atuação da polícia, apontaram a requalificação do bairro e outras alternativas que vão desde “a melhoria da iluminação no bairro, maior participação dos moradores em denunciar os crimes, auxiliar na identificação de elementos estranhos no bairro e maior contacto com as forças policiais” (E\_1), do mesmo modo outro,

entrevistado reiterou que “deve-se efetuar um trabalho árduo com a comunidade e as administrações locais no sentido de se criar políticas que dizem respeito a iluminação e melhoramento dos acessos ao bairro” (E\_5). Uma boa medida passa também pelo “alargamento das ruas e por último o melhoramento de zonas degradadas” (E\_3). Por outro lado, quanto à atuação da polícia “tendo em conta que a prevenção e o combate a criminalidade são umas das principais responsabilidades da polícia, esta deve melhorar as formas de atuação, mais policiamento e maior contacto com os moradores” (E\_6).

Terminada a apresentação e discussão dos resultados, seguem-se as considerações finais e sugestões do nosso estudo.

## **4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES ESTRATÉGICAS**

### **4.4.1. Introdução**

Em Angola, principalmente em Luanda, vários bairros são fruto de uma ocupação ilegal de terras, construídos sem o acompanhamento dos órgãos responsáveis pelo ordenamento do território e hoje, esses bairros enfrentam os mesmos problemas sociais que enfrenta o Catambor, com destaque para a criminalidade, como referimos anteriormente. Nos dias que correm, há uma questão que não se quer calar que é, “o que fazer para continuar a garantir e com resultados satisfatórios a segurança e a prevenção de crimes dentro desses bairros”.

Esta foi uma das inquietações que nos moveu em toda a investigação em busca de resposta às características do bairro Catambor e suas implicações em torno da criminalidade. Na expectativa de encontrar com a ajuda da ciência, soluções para a redução e controlo do crime no bairro em estudo e que sirvam eventualmente para aplicação em bairros contíguos, com as devidas adaptações.

Deste modo, a criminologia diferente das outras linhas de investigação científica, procura estudar não o crime per si, mais as motivações da prática do crime, focando-se nas características físicas do espaço onde o facto ocorreu.

A compreensão e solução da problemática da criminalidade, resultante de comportamentos socialmente reprováveis, influenciados pelo ambiente físico desestruturado, é uma tarefa a ser abraçada por todos os organismos que velam pela segurança e o bem-estar social. Assim sendo, “a reflexão sobre os comportamentos antissociais não pode passar

incólume por estes terrenos interdisciplinares, com incursões no Direito, nas Sociologias do Crime e do Desvio, também na Sociologia Urbana, na Psicologia Social e Ambiental, entre outras” (Machado, 2008, p. 6).

Deste modo, nos estudos de comportamentos antissociais torna-se necessário a inclusão de todas as áreas encarregues à segurança e bem-estar dos cidadãos como referimos, onde a segurança e a prevenção criminal são o epicentro, razão pela qual não se pode deixar de parte as Forças de Segurança.

#### **4.4.2. Confirmação dos objetivos**

Concluído o nosso estudo, verificam-se alcançados os objetivos pretendidos. Deste modo, tendo em vista o nosso objetivo geral e de modo a confirmar a nossa pretensão inicial em saber dos responsáveis do bairro de forma mais detalhada sobre a estrutura urbana do mesmo, foi possível apurar que o bairro Catambor apresenta uma malha urbana mal estruturada, por consequência de um crescimento urbano desordenado e sem acompanhamento das autoridades responsáveis pelo ordenamento do território, sendo a base para a maioria dos problemas em vários setores da vida naquela localidade sitiada no centro de Luanda, com destaque para a criminalidade. De referir que, foi ainda analisado um tema importante, mas sempre em harmonia com os objetivos traçados, relacionado com a carência de iluminação pública no bairro, configurando-se deste modo numa das maiores preocupações da Polícia e da Administração local, ao bairro.

Quanto aos objetivos específicos definidos, depois do enquadramento teórico do nosso estudo, pretendeu-se saber até que ponto os acessos das ruas e residências do bairro, facilitam ou dificultam a atividade policial, maioritariamente em casos de notificação, execução de mandados de detenção e buscas. Apurou-se que a polícia local tem enfrentado enormes dificuldades nas suas intervenções no interior do bairro, principalmente para proceder a notificações de determinados moradores, executar mandados de detenção e buscas, dificuldades também sentidas pelos tribunais na colocação de um endereço certo da residência onde se deve praticar determinada diligência, sendo que um ou outro mandado aparece com endereço errado.

Já quanto ao modelo CPTED, a maior parte dos entrevistados admitiu nunca ter ouvido falar sobre o mesmo, entretanto, este facto expressa para nós uma preocupação, dada a importância e utilidade deste modelo nas ações de prevenção criminal.

Quanto à solicitação da polícia aquando da aprovação de projetos urbanísticos ou implementação de alguns estabelecimentos no bairro, esta raramente ocorre. De igual modo, esta é uma realidade que constitui uma preocupação dada à importância da polícia, na avaliação das condições securitárias de espaços em que se pretende colocar um projeto ou um estabelecimento, tendo em conta as implicações que pode causar à segurança do próprio estabelecimento ou até para o bairro em termos criminais.

#### **4.4.3 Resposta ao problema da investigação**

A questão que define o nosso problema de estudo é: **Será que o desenho urbano do bairro Catambor influencia a criminalidade?** Depois do estudo que realizamos é-nos possível responder esta questão.

Diante dos resultados apresentados pela nossa investigação, podemos concluir que o desenho urbano do bairro Catambor influencia a criminalidade, dada as condições e características físicas apuradas no decurso da investigação. Considerando as teorias da desorganização social, a teoria dos vidros partidos assim como as recomendações do CPTED aqui estudadas, o bairro apresenta uma paisagem urbana que em pouco ou quase nada contribui para a prevenção do crime. Pelo contrário, auxilia à sua prática. Por outro lado, atentando os princípios do CPTED, a estrutura arquitetónica do bairro, constituído maioritariamente por becos, não permite aos moradores fazerem uma vigilância natural ou controlar de forma natural os acessos, ou seja, dificulta a observação de comportamentos suspeitos no bairro. Não obstante, a escassez de iluminação pública, considerado como elemento indispensável para a garantia do sentimento de segurança e prevenção de crime, transformam o bairro Catambor num território fértil para a prática de crimes.

#### **4.4.4. Conclusão final**

De uma forma geral, através desta investigação, foi possível saber que “o conhecimento e compreensão das características do tecido físico urbano, resultantes de opções urbanísticas planeadas, ou (...) não planeado das cidades, tornam-se incontornáveis numa reflexão sobre a criminalidade (...)” (Machado, 2008, p. 13).

Deste modo, a insegurança e a criminalidade em determinado bairro apesar de ser o resultado de vários fatores principalmente sociais e económicos, o modo como o espaço urbano

é planeado e construído influencia significativamente para o futuro da segurança e da criminalidade, verificando-se assim, no caso do bairro Catambor, uma relação notável entre o desenho urbano e a criminalidade. Posto isso, torna-se imperioso contrapor a realidade criminal instalada no ambiente urbano erguido de modo desestruturado. Para tal, “as políticas com influência na prevenção da criminalidade (...) urbana passam, em grande medida, pelas próprias cidades, incidindo, basicamente, em três frentes: o urbanismo, o desenvolvimento e a intervenção social” (Franco & João, 2017, p. 398).

Assim, perante os problemas locais, gerados por falta de um planeamento urbano exequível é possível reorganizar e devolver a segurança e bem-estar à comunidade, a começar pela concertação entre arquitetos e forças de segurança (Clemente, 2007), a concertação dos vidros partidos, uma simbiose entre controlo social formal e informal, ou seja, a partilha de medidas de prevenção situacional por parte da polícia aos moradores, de modo a torná-los, os primeiros agentes da própria segurança e serem capazes de mitigar as vulnerabilidades e as oportunidades para a prática de crimes na sua residência e no seio da comunidade.

#### **4.4.5. Sugestões estratégicas**

Relativamente às medidas com o objetivo do melhoramento da realidade urbana do bairro Catambor, de modo a proporcionar maior dignidade, segurança e bem-estar aos moradores sugerimos:

- Requalificação do bairro Catambor, que conseqüentemente porá fim aos elevados números de becos, locais com maior incidência criminal ou denominados por pontos quentes;
- A implementação de um sistema público de iluminação e caso não seja exequível esta medida a curto prazo, sugere-se a implementação de lâmpadas pelos moradores na frente das suas residências, através da criação de um programa entre moradores com nome sugestivo “bairro iluminado, bairro seguro”;
- A implementação de um posto policial avançado no interior do bairro por forma a inibir a prática de crimes, sobretudo assaltos e violações no período noturno;
- No âmbito do policiamento de proximidade, sugerimos a realização sistemática de encontros com a comunidade, uma prática que permitirá maior colaboração dos moradores com informações importantes de indivíduos e condutas que ameaçam a tranquilidade e a segurança no bairro;

- Dotar os oficiais e agentes policiais, com informações sobre medidas de prevenção criminal pelo espaço construído, a começar pelas escolas de formação de polícia e esquadras, com o fim de darem o seu parecer de segurança aquando do planeamento urbano ou implementação de algum estabelecimento no bairro.

#### **4.4.6. Limitações da investigação**

O nosso estudo apresenta as seguintes limitações:

- Relativamente ao acervo bibliográfico existente sobre a nossa temática, a maior parte dos estudos foram feitos em língua inglesa, o que dificultou a sua exploração;
- No que concerne às entrevistas, não foi possível obter o número de amostra desejada, devido às dificuldades de contacto para a confirmação das entrevistas a todas as entidades outrora contactadas;
- Inicialmente a nossa pretensão era aplicar entrevistas e também questionários dirigidos aos moradores, pelo que, fomos confrontados com uma série de obstáculos no bairro, tendo optado apenas por entrevistas à 5ª esquadra e a administração local.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma sociologia da Polícia*. Lisboa: GNR.
- Alves, M. d. (2012). *Metdologia Científica*. Lisboa: Escolar Editora.
- Amaro, F. (2019). Criminologia e Reinserção Social. Em F. Amaro, & D. Costa, *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 1-20). In A. Fausto e C. Dália (Coord), *Criminologia e Reinserção Social*. Lisboa: Pactor.
- ANGOP. (28 de Fevereiro de 2019). *Angop*. Obtido em 17 de Fevereiro de 2020, de [https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2019/1/9/Policia-Nacional-assinala-anos-existencia,4349fef6-a25e-4ef9-97d6-6b856dff3d47.html](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2019/1/9/Policia-Nacional-assinala-anos-existencia,4349fef6-a25e-4ef9-97d6-6b856dff3d47.html)
- Association, I. C. (11 de Dezembro de 2019). *International CPTED Association*. Obtido de Presentations from the 2019 ICA Conference have now been published: <http://www.cpted.net/>
- Baptista, J. J. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada). Lisboa: Academia Militar.
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. (M. S. Pereira, Trad.) Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação - Trajetos* (10ª ed.). (G. Valente, Ed., & M. J. Cordeiro, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Bernardi, J. L. (2006). *Funções Sociais da Cidade: Conceitos e Instrumentos*. (Dissertação de mestrado) Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Bettencourt, A. C. (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas - Os musseques de Luanda*. (Dissertação de Mestrado Integrado em arquitetura) Lisboa: Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa.
- Braz, J. (2020). *Investigação criminal*. Coimbra: Edições Almedina.
- Cacciari, M. (2010). *A cidade*. (J. .. Serra, Trad.) Editorial Gustavo Gili, SL.
- Camacho, J. P. (2015). *A Mobilidade da Informação na Polícia de Segurança Pública - Uma Estratégia para a Gestão Operacional*. (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia) Lisboa: ISCSP - Universidade de Lisboa.
- Carvalho, A. C. (2015). *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e de incivildades*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais), Lisboa: ISCPSI.

- Castro, C. A. (Jan/Abril de 2014). Produção do Espaço e Dinâmica Regional . *O processo de urbanização e o surgimento das primeiras universidades*.
- Cerqueira, H. R. (2012). *A “criminalidade de rua” na freguesia de Campelo: Estudo de Caso*. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada) Lisboa: Academia Militar.
- Céu, Á. M., & Sampaio, G. O. (2007). *Design Against Crime - Prevenção situacional do crime em espaço urbano*. (Dissertação de Mestrado) Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Clemente, P. (2007). As casas nascem vivem e morrem. Em M. M. Valente, *Urbanisimo, Segurança e Lei. Tomo I* (pp. 219-227). Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2010). Polícia e Segurança – Breves Notas. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 4, pp. 141-171.
- Clemente, P. J. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. (Dissertação de Mestrado em Estratégia) Lisboa: Gazela - Artes Gráficas, Lda.
- Clemente, P. J. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Clemente, P. J. (2016). *Ética policial - da eticidade da coação policial*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- CMI. (2019). *CMI/Chr. Michelsen Institute*. (M. Nangacovie, I. Å. Strønen, & CMI, Produtores) Obtido em 24 de Fevereiro de 2020, de Género e pobreza no periurbano Luandense: <https://www.cmi.no/publications/6900-genero-e-pobreza-no-periurbano-luandense>
- COFAC. (2006). *Desenho Urbano-Elementos de Análise Morfológica* (Edições Lusófonas ed.). Lisboa, Portugal: Universidade Lusófona .
- Costa, D. (2019). Vitimologia. Em F. Amaro, & D. Costa, *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 43-72). Lisboa: Pactor.
- Costa, R. J. (2006). *Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade de Coimbra.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª edição - Reimpressão ed.). Coimbra: Almedina.
- Cusson, M. ( 2011). *Criminologia*. Alfragide: Casadasletras.
- Damba, M. (5 de Maio de 2014). *Muana Damba*. (Maria Helena Teixeira) Obtido em 24 de Fevereiro de 2020, de Origem do nome: Luanda: <http://www.mundamba.com/2014/05/origem-do-nome-luanda.html>
- DGAI. (2013). *CPTED - Prevenção Criminal Através do Espaço Construído: Guia de boas práticas*. Lisboa: DGAI– Direção Geral de Administração Interna.

- DGOTDU. (2011). *Glossário do desenvolvimento territorial - Conferência europeia dos Ministros responsáveis pelo ordenamento do território do Conselho da Europa (CEMAT)*. (J. Mourato, & J. Ferrão, Trans.) Lisboa.
- DGOTDU. (Fevereiro de 2011). Política de Cidade POLIS XXI. *Segurança pública e desenvolvimento urbano - A prevenção do crime através do espaço construído*.
- Diário de Notícias. (28 de 11 de 2017). Novo comandante da polícia angolana quer policiamento de proximidade. *Diário de Notícias*. Obtido em 23 de 04 de 2020, de <https://www.dn.pt/lusa/novo-comandante-da-policia-angolana-quer-policiamento-de-proximidade-8949703.html>
- Elias, L. M. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. (Tese de Doutoramento em Ciência Política – Políticas Públicas), Lisboa: FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Elias, L. M. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna - Desafios e Prospetivas*. Lisboa: ISCPSI.
- Espírito Santo, P. (2015). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabos.
- Esteves, A. I. (1999). *A criminalidade na Cidade de Lisboa - Uma Geografia de Insegurança*. (F. M. Ferro, Ed.) Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Faria, M. J. (2015). *Criminologia: Epanortologia Fundamento do direito de punir*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Fennelly, L. J. (2004). *Effective physical security third edition*. Oxford - United States of America: Elsevier Butterworth - Heinemann.
- Fernandes, D. F. (2010). *Urbanismo e Segurança - Contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal: Uma abordagem ao bairro da Bela vista, em Setúbal*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais) Lisboa: ISCPSI.
- Fernandes, J. J. (2019). Introdução à criminalidade violenta. Em F. Amaro, & D. Costa, *Criminologia e Reinserção Social* (1ª ed., pp. 111-122). Lisboa, Portugal: Pactor.
- Fernandes, J. P. (2017). *Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED*. (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Militares) Lisboa: Academia Militar.
- Fernandes, L. F. (2007). Jacobs, Newman e C. Ray Jefeery. Contributos para a prevenção da criminalidade. Em M. M. Valente, *Urbanismo, Segurança e Lei. Tomo I* (pp. 33-60). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.

- Fernandes, M. (2009). Urbanismo, Segurança e Lei. Em M. M. valente, *Urbanismo, Segurança e Lei. Tomo II* (pp. 59-69). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, E. C. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: A Dialética Proativa entre o Desenho e o uso seguro*. (Tese de Doutoramento em Urbanismo), Lisboa: Lisboa | FA-UTL.
- Figueiredo Dias, J., & Andrade, M. D. (1992). *Criminologia - O homem delinquente e a Sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- França, B. L. (2019). Observatório da Metrópoles. *Da teoria urbana ao regime urbano: contribuições como teoria e como método para interpretar as relações de poder interativas na cidade*. Obtido de [http://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/TD-002-2019\\_Barbara-Franca\\_Final.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/TD-002-2019_Barbara-Franca_Final.pdf)
- Franco, V., & João, A. (2017). A Segurança e Urbanismo - Segurança e Gestão Urbana. Em J. B. Gouveia, R. Pereira, & S. Edições Almedina (Ed.), *Estudos de direito e segurança* (Vol. I, pp. 383-433). Coimbra: Almedina .
- Furquim, S. R. (Janeiro/Junho de 2018). Crime e Sociedade (Revista Liberdades). *A Escola de Chicago e o Pensamento Criminológico como um fenómeno social: Os contributos das ideais de bem-estar social nas políticas criminais*, pp. 1-25.
- Gomes, P. V. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídios para uma agenda nacional. Em M. M. Valente, *Urbanismo, Segurança e Lei. Tomo I* (pp. 61-80). Coimbra: Almedina.
- Gomes, P. V., Dias, M. D., Leitão, J. C., Mendes, M. F., & Oliveira, J. F. (14 de Março de 2001). Modelos de policiamento. *Policia Portuguesa - Orgão de Informação e cultura da PSP. Ano LXIV II Série Bimestral, N°128 Março/Abril*.
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito da Segurança - Cidadania, soberania e cosmopolitismo*. Coimbra: Almedina.
- Guimarães, L. D. (2008). *A sociedade e seus espaços: Um estudo histórico a partir de seus intérpretes*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Heitor, T. V. (2009). (In)segurança em zonas residenciais. O espaço da oportunidade. Em M. M. Valente, *Urbanismo, Segurança e Lei. Tomo II* (pp. 129-144). Coimbra: Almedina.
- Jacobs, J. (1961). *Vida e morte das grandes cidades*. (T. própria, Trad.) New York: Vintage Books ed.
- Jeffery, C. R. (Abril, Volume 3, Issue 7 de 2000). CPTED: Past, Present, and Future. (T. própria, Ed.) *"To create safer environments and improve the quality of life through*

- the use of CPTED principles and strategies.* ", pp. 1-10. Obtido em março de 2020, de [https://cpted.net/resources/Documents/ICA%20Resources/Newsletters/Perspectives\\_V03\\_I7\\_April%202000.pdf](https://cpted.net/resources/Documents/ICA%20Resources/Newsletters/Perspectives_V03_I7_April%202000.pdf)
- Kelling, L. G., & Wilson, J. Q. (March de 1982). Broken Windows: The police and neighborhood safety. (T. própria, Ed.) *The Atlantic* , pp. 1-8.
- Lisboa, M., & Teixeira Dias, A. L. (25-28 de Junho de 2008). IV Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas. "*Organizações e Meio Envolverte: o caso do 'Policiamento de Proximidade'*", pp. 1-13.
- Lourenço, N. (Junho de 2013). Globalização e insegurança urbana. *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 11, pp. 11-34.
- Lourenço, N. (2015). Violência urbana. Em J. B. Gouveia, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 87-88). Lisboa, Portugal: Almedina.
- Machado, P. (25 à 28 de junho de 2008). Mundos sociais: saberes e práticas. *Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano*, pp. 1-16.
- Marafon, G. J. (1996). Ciência e Natureza, Santa Maria, 18. *O espaço urbano: A abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista*, pp. 149 - 181.
- Melo, S. N., & Matias, L. F. (9 a 12 de Outubro de 2015). A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação. *Geografia Do Crime E Criminologia Ambiental: Teorias Da Desorganização Social E Atividade De Rotina*, pp. 365-374.
- Moleirinho, P. (2018). A importância dos Modelos Preditivos na área da Segurança. Entre riscos e Equilíbrios instáveis. Em T. Rodrigues, & M. Painho, *Modelos Preditivos & Segurança Pública* (pp. 99-130). Porto: Fronteiras do Caos Editores.
- Monteiro, M. M. (2018). *Quando a rua entra em Casa*. (Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos) Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Novo Jornal. (6 de Dezembro de 2019). PN reforça policiamento com novo modelo de esquadra de polícia em Luanda. (G. Faustino, Ed.) *Novo Jornal*. Obtido em 23 de 04 de 2020, de <http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/pn-reforca-policiamento-com-novo-modelo-de-esquadra-de-policia-em-luanda-81178.html>
- Nunes, L. D., Sani, A., & Panichi, J. (2017). Criminalidade, Segurança e controlo Social - Sob perpectiva de agentes de Polícia. Em L. M. Nunes, A. Sani, R. Estrada , F. Viana, S. Caridade, & R. L. Maia, *Crime e Segurança nas cidades contemporâneas* (pp. 91 - 106). Lisboa: Fronteira do Caos Editores.

- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Pellegrini, L. (09 de 11 de 2019). *Brasil247*. Obtido de Janelas quebradas: Uma teoria do crime que merece reflexão: <https://www.brasil247.com/oasis/janelas-quebradas-uma-teoria-do-crime-que-merece-reflexao>
- Pereira, A. M. (2018). *Caraterização de um Recurso Tático De Policiamento na PSP: Estudo das EPRI de Lisboa*. Lisboa: ISCPSI.
- Poiares, N. C. (2015). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. (Tese de Doutoramento em Sociologia) Lisboa: Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J. (2006). *Direito Policial*. Coimbra: Almedina.
- Reis, F. L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos académicos - Guia Prático*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Ricardo, C. d., Siqueira, P. P., & Marques, C. R. (Fev/Mar de 2013). *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v. 7, n. 1. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros, pp. 200-216.
- Rodrigues, W. J. (2008). *Cidade em transição - Nobilitação urbana, Estilhos de Vida e Reurbanização em Lisboa*. (Tese para obtenção de grau de doutoramento em Sociologia) Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCPTE).
- Rolnik, R. (2009). *O que é Cidade*. São Paulo: Rasilense.
- Santos, A. V. (2019). *Segurança Pública - Legislação Essencial. Algumas considerações*. Luanda: WA Editora.
- Santos, T. D. (outubro de 2013). A abordagem do fenómeno urbano na Escola de Chicago. *Revista Digital. Buenos Aires, Año 18, Nº 185*. Obtido em 11 de maio de 2020, de <https://efdeportes.com/efd185/fenomeno-urbano-na-escola-de-chicago.htm>
- Saraiva, M., Neves, A. V., Santos, H., Diniz, M., Jota, L., & Ribeiro, P. (10 de março de 2019). A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) Em Portugal: Revisão da Literatura e Redes de Conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 52, pp. 72-93.

- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Silva, A. S., & Pinto, M. J. (2014). *Metodologia das ciências sociais* (16ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Sofia, C., Castro, J., & Guedes, I. (2019). Segurança Urbana e Criminalidade. Em F. Amaro, & D. Costa, *Criminologia e Reinserção Social* (1ª ed., pp. 73-92). Lisboa, Portugal: Pactor.
- Sousa, M. J., & Cristina Sales Baptista. (2014). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha 5ª Edição*. Lisboa: Pactor.
- TPA. (28 de Fevereiro de 2012). 28 de Fevereiro, o dia da Polícia Nacional. TPA. Obtido em 13 de 4 de 2020, de <http://tpa.sapo.ao/noticias/nacional/28-de-fevereiro-o-dia-da-policia-nacional>
- Vala, J. (2014). Análise de conteúdo. Em A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia em ciências sociais* (16ª ed., pp. 101 - 128). Porto: Edições afrontamento.
- Valente, M. M. (2009). *Reuniões e Manifestações - Atuação Policial*. Coimbra: EDIÇÕES Almedina.
- Valente, M. M. (2019). *Teoria Geral do Dierito Policial, 6ª Edição*. Coimbra: Almedina.
- Viana, E. (2015). Criminologia. *A Ecola de Chicago e a explicação ecológica do crime*, pp. 167-333.
- Vilelas, J. (2017). *Insvestigação - O processo de construção do conhecimento*. (M. Robalo, Ed.) Lisboa: Edições Sílabos.

## **Legislação:**

- Constituição da República de Angola, (2010), Luanda, Assembleia Nacional.
- Decreto Presidencial n.º 152/19, de 15 de maio, Estatuto Orgânico da Polícia Nacional.
- Decreto – Lei 18/2016, de 17 de outubro, Lei da Divisão Político – Administrativa da província de Luanda
- Lei nº 9/04 de 9 de novembro: Lei das Terras.
- Lei nº 3/04 de 25 de junho: Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

**Sítios:**

<https://www.angop.ao>

<http://www.cpted.net>

<http://www.cmi.no>

<http://www.mundamba.com>

<https://www.dn.pt>

<http://www.observatoriodasmetropoles.net.br>

<http://www.novojornal.co.ao>

<https://www.brasil247.com>

<https://efdeportes.com>

<http://tpa.sapo.ao>



## **APÊNDICES**

---

Apêndice A - Solicitação de autorização para a realização das entrevistas

*A. Araújo*  
A *DA, acompanhados*  
SUA EXCELENCIA DIRECTOR  
NACIONAL DE RECURSOS  
HUMANOS/BN  
*31/12/19*  
LUANDA

ASSUNTO: RECOLHA DE DADOS BIBLIOGRAFICOS E ENTREVISTAS.

Bolseiros da Policia Nacional, a frequentarem o 5.º ano e ultimo do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa/Portugal.

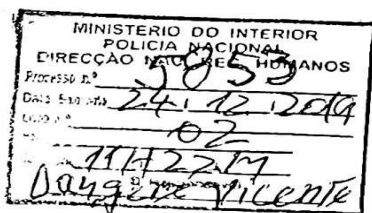
Por encontrarem-se na fase de conclusão do curso referenciado, vimos por este intermédio, solicitar à vossa Excelência, que se digne autorizar a execução da recolha de dados bibliográficos e entrevistas juntos dos distintos órgãos conforme o mapa em anexo, nos dias 30 de Dezembro de 2019 á 7 de Janeiro de 2020.


Sem outro assunto de momento, reiteramos as nossas cordiais saudações.

Luanda, aos 24 / 12 / 2019

OS BOLSEIROS;

1. *Fabio Roberto João Henriques*
2. *Ilidio Fagundes Pindeli*
3. *Francisco Abelanda João*





N.º	Patente	Nome	Tema de Dissertação	Órgão e que irão Recolher os Dados.
1	3.ºSubchef.	Fábio R. João Henriques	Influência do desenho Urbano na criminalidade: Uma abordagem ao Bairro Catambor.	Comando provincial de Luanda/5.º Esquadra/Maianga.
2	3.ºSubchef.	Ilídio Francisco Pindali	Motivação e satisfação nos efectivos do comando provincial de Luanda no período 2015-2019.	Comando provincial de Luanda
3	3.ºSubchef.	Francisco K. João	O controlo das Fronteiras como Política de Segurança Interna em Angola.	Comando da Polícia de Guarda Fronteira/PN e Comando provincial do Zaire/PN

**OS BOLSEIROS;**

Fábio Roberto João Henriques

Ilídio Francisco Pindali

Francisco K. João

Apêndice B - Guião de entrevistas

A presente entrevista tem objetivos académicos e destina-se a recolher dados que permita a realização de um estudo no âmbito da Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, tendo como tema: **A influência do desenho urbano na criminalidade: contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda – Angola.**

Com este estudo pretendemos saber até que ponto a estrutura urbana do bairro Catambor influencia a criminalidade, saber as condições do bairro em termos de iluminação das ruas e o nível de segurança ou insegurança percecionado pelo entrevistado de modo a propormos uma melhor intervenção das autoridades policiais e administrativas em prol da prevenção e combate do crime no bairro.

Para tal, é importante que suas respostas sejam sinceras para a acreditação do presente estudo.

.

Antecipadamente grato pela sua participação!

- 1. Na sua opinião, em termos arquitetónicos, que avaliação faz da estrutura urbana do bairro Catambor?**
- 2. Considera que a estrutura urbana do bairro influencia na criminalidade? Se sim, que zonas considera mais críticas e os tipos de crimes mais praticados?**
- 3. A seu ver, que avaliação faz às condições de iluminação das ruas, para a garantia do sentimento de segurança e a prevenção de crimes?**
- 4. O bairro dispõe de sistema de videovigilância para contribuir na identificação de suspeitos? Se sim, é eficaz? Caso não tenha, considera que seria uma boa política pública de segurança a adotar?**
- 5. Tem conhecimento do modelo «CPTED», que aborda um conjunto de princípios sobre a prevenção criminal através do espaço construído?**
- 6. As Forças de Segurança são solicitadas, aquando da implementação de um estabelecimento ou projeto urbanístico, para dar o seu parecer de segurança?**
- 7. Como avalia o acesso das ruas e localização de residências, no que diz respeito a notificações, execução de mandado de detenção e buscas por parte da esquadra local?**
- 8. De modo a prevenir a criminalidade e facilitar a atuação da polícia, que recomendações considera pertinentes para a melhoria da urbanização do bairro?**

**Apêndice C - Quadro 1: Matriz de categorias**

<b>Tema principal</b>	<b>Tema secundário</b>	<b>Texto</b>
<b>(A) Perceção das autoridades locais sobre a estrutura urbana do bairro Catambor, a criminalidade, as áreas mais afetadas e tipos de crimes.</b>	<b>A.1 O bairro está mal estruturado.</b>	<p>O Bairro Catambor é resultado de um crescimento desordenado, e não planificado, fruto do aumento da densidade populacional e limitado de espaço, dando origem a uma imagem urbana mal estruturada, de caraterísticas muito particulares, e que estão na base de grande parte dos problemas que afligem o bairro.</p> <p>O bairro Catambor é configurado como um bairro suburbano “gueto” de difícil acesso para viaturas e motorizadas, consequentemente, tendo uma estrutura arquitetónica desorganizada, com muitos becos, cresceu sem o controlo da administração local.</p> <p>Em termos arquitetónico ou estrutural, o bairro Catambor está mal estruturado porque, não facilita em nada, sobretudo no que toca a serviços básicos para os moradores e apresenta acima de tudo grandes dificuldades para a mobilidade da polícia, quando solicitada.</p> <p>O espaço urbano do bairro Catambor é visivelmente desestruturado, apresenta uma estrutura muito desigual e cheio de desníveis, para além disso, encontra-se localizado entre prédios, é de um modo geral um musseque que trouxe alterações profundas no espaçamento transitório da cidade, e onde os marginais fazem das suas, devido a desorganização.</p> <p>No que concerne a arquitetura do bairro, a avaliação é crítica em vários aspetos, desde as condições sociais, dificuldades de acesso no interior do bairro sem falar da criminalidade.</p> <p>Na minha opinião em termos arquitetónicos o bairro Catambor encontra-se mal estruturado. As</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

		vias de acesso dificultam principalmente a intervenção e diligências policiais.
	<b>A.2) A estrutura urbana do bairro tem sido uma das grandes causas da criminalidade.</b>	<p>A estrutura de desse bairro tem influenciado bastante na criminalidade. Para além disso, as construções desordenas ao longo de décadas, a rede de becos e ruelas, constituem também um grande desafio para as forças de segurança, na prevenção e controlo do crime.</p> <p>Em termos de criminais a criminalidade o bairro apresenta um quadro preocupante dada a sua estrutura.</p> <p>Quanto a realidade criminal a estrutura do bairro Catambor influencia em grande medida a criminalidade.</p> <p>Sem dúvida que a criminalidade neste bairro esta ligada a própria urbanização, ou seja, a forma como o bairro foi erguido influencia muito a criminalidade.</p> <p>O Catambor possui uma estrutura muito precária e que facilita a ação dos criminosos, tendo em conta o difícil acesso.</p> <p>A estrutura urbana do bairro Catambor influencia muito a criminalidade, principalmente por causa das condições de acesso e iluminação.</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

	<p><b>A.3) As zonas mais afetadas em termos criminais são os becos e, os crimes mais frequentes são os assaltos sobretudo à transeuntes e residências</b></p>	<p>Em termos criminais são mais afetadas as zonas em que os becos são mais estreitos e a iluminação escassa, aumentando assim a incidência de assaltos e violações. Assaltos a residências também são constantes.</p> <p>O estado criminal do bairro é crítico na sua extensão completa. Os crimes mais praticados são: assaltos à residências, roubos e furtos de diversos meios à transeuntes, geralmente com recurso a arma de fogo.</p> <p>Quase todas as ruas são críticas, principalmente de noite. os crimes na sua generalidade são os assaltos em casas e pessoas que circulam em locais que passa pouca gente, os assaltantes ficam escondidos nessas casas abandonadas e logo de seguida surpreendem quem estiver a passar.</p> <p>Os infratores normalmente praticam as suas ações nas zonas mais isoladas do bairro, essas são as zonas mais críticas. Zonas muito críticas e difícil de fazermos o policiamento devido as limitações de acesso, sendo os crimes contra a propriedade e o património são os mais praticados como o roubo e assaltos em residências.</p> <p>As zonas com mais crimes são o largo do blim blim e a área toda do rio seco que fica entre o Catambor e a Maianga. Os criminosos realizam mais o roubo por esticção por exemplo os telemóveis.</p> <p>A zona mais crítica na minha opinião é a área toda da escola 2005. Nesta zona pratica-se com maior frequência o consumo e venda de liamba.</p>
<p><b>B) As condições de iluminação pública no bairro</b></p>	<p><b>B.1) O bairro apresenta um grau de iluminação muito precário</b></p>	<p>A iluminação é um fator importantíssimo e de auxílio ao trabalho da Polícia e aumento da sensação de segurança da população. O bairro Catambor apresenta um grau de iluminação muito precário. Existem dois (2) postes de iluminação (conjunto de holofotes) que estão desativados e</p>



**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

		<p>que seriam de grande serventia à comunidade caso estivessem operacionais.</p> <p>Bem! Em função da estrutura urbana, basicamente o bairro é sem iluminação pública, motivo pelo qual aumenta o sentimento de insegurança, ou seja, a iluminação ajudaria muito no aumento do sentimento de segurança e prevenção de crimes.</p> <p>As condições de iluminação neste bairro são consideradas péssimas. Sou de opinião que deveriam melhorar a iluminação principalmente nos becos.</p> <p>Não existe no bairro um sistema de iluminação pública planeado, e por isso apresenta um índice precário de iluminação, as ruas são totalmente escuras, o que não transmite segurança aos moradores, apesar do esforço feito pela esquadra.</p> <p>No que diz respeito as condições de iluminação das ruas, devo dizer que não satisfaz as necessidades de segurança dos moradores e muito menos contribui para a prevenção de crimes.</p> <p>Faço uma péssima avaliação, por causa dos becos principalmente, que são totalmente escuros, no entanto, a tendência é aumentar cada vez mais o sentimento de insegurança.</p>
<b>C) Sistema de vídeo vigilância no interior do bairro para facilitar na identificação de suspeito e inibir a prática de crimes</b>	<b>C.1) o bairro não dispõe de um sistema de vídeo vigilância.</b>	<p>O Bairro Catambor não dispõe de um sistema de videovigilância. A implementação de um sistema de videovigilância ajudaria em grande medida na identificação de suspeitos e dissuadir potenciais criminosos, que teria de igualmente grande impacto na diminuição de crimes e redução do tráfico de drogas que é também uma realidade preocupante no bairro.</p> <p>O bairro não dispõe de sistema CCTV. Concorde deve ser pensado, caso houvesse o sistema o</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

		<p>sistema CCTV, inibiria o cometimento de muitos crimes.</p> <p>O bairro Catambor não possui um sistema de videovigilância, porque a sua estrutura arquitetónica também não facilita, muitos becos e mesmo na rua principal, que a única rua com largura também não tem videovigilância.</p> <p>Não. Embora não seja possível meter em todo o território, seria boa política sim meterem pelo menos nas vias de acesso ao bairro (entradas e saídas), aonde são as áreas mais frequentadas pelos marginais e, ajudaria na identificação dos mesmos.</p> <p>Não. Seria uma boa política de segurança e decerto que ajudaria na identificação de infratores de modo a facilitar o reconhecimento dos mesmos.</p> <p>Sim. Existe pelo menos uma Câmera instalada mais praticamente não funciona. Seria uma boa política a instalação de camaras de controlo, assim nos ajudaria pelo menos a identificar os criminosos.</p>
<b>D) Conhecimento do modelo CPTED, por parte das entidades.</b>	<b>D.1) Nunca se ouviu falar deste modelo.</b>	<p>Nunca ouvi falar da existência deste modelo.</p> <p>Sim tenho. Aborda a cerca da prevenção de crimes tendo em conta a estrutura arquitetónica.</p> <p>Sim. É a estratégia que se aplica ao ambiente contruído de modo a prevenir a prática de crimes e reforçar o controlo ou vigilância de forma natural.</p> <p>Não tenho domínio da existência deste modelo CPTED.</p> <p>Nunca ouvi falar do modelo CPTED</p> <p>Este modelo é para min uma novidade, nunca ouvi falar.</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

<p><b>E) Solicitação das forças de seguranças na aprovação de projetos a ser implementados no bairro.</b></p>	<p><b>E.1) Em alguns casos sim mais, geralmente não somos solicitados.</b></p>	<p>Todas as ações, nos diferentes níveis da estrutura governativa/administrativa contam sempre com a presença e parecer das forças de segurança.</p> <p>Agora sim, somos chamadas. Para dizer que antigamente não se procedia desta forma.</p> <p>Até o momento ainda não, apesar de o Estado já ter incentivado, tanto os serviços públicos e privados de construção civil para essas boas práticas.</p> <p>Não posso afirmar categoricamente, pois, não tenho conhecimento de que aquando da implementação de um projeto urbanístico as forças de segurança são solicitadas, mais, pelos locais aonde certos projetos têm sido construídos, dá impressão que não.</p> <p>Nem sempre isso acontece. Devo realçar que isso raramente se verifica na nossa esquadra.</p> <p>Nem sempre somos solicitados.</p>
<p><b>F) Avaliação do bairro no que toca o acesso e localização de residências caso a polícia necessite</b></p>	<p><b>F.1) Becos e falta numeração nas residências dificultam a entrega de notificações, cumprimento de mandados de detenção ou buscas.</b></p>	<p>O contacto formal dos órgãos oficiais com a população, faz-se com muita dificuldade, no sentido em que grande parte das ruas e becos não possuem nomes oficiais e os números das residências são muitas vezes inexistentes, ou não estão ordenados.</p> <p>É complicado! Uma vez que as residências não possuem números definitivos, assim como as ruas não estão identificadas.</p> <p>Realizamos essas tarefas com muitas dificuldades. Visto que o bairro só existe uma rua principal e sem saída para o outro lado e para notificar ou</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

		<p>proceder a detenção de um determinado cidadão a esquadra têm usado os números dos becos e números da ENDE Empresa Nacional de Energia, fornecidos as casas.</p> <p>Por não ter uma urbanização adequada e, com a ausência de identificação e numeração de casas e ruas o acesso é deficitário, pós até mesmo os mandados não vêm com localização exata da residência em diligencia.</p> <p>Devo dizer que o Catambor é um bairro de difícil acesso, o que dificulta muitas vezes a localização de residências para a execução de mandados de detenção e buscas.</p> <p>As vias de acesso têm dificultado muito as nossas intervenções, devido os becos dentro do bairro.</p>
<b>G) Medidas a tomar com vista a melhorar as condições urbanísticas e facilitar a atuação da polícia no bairro</b>	<b>G.1) Requalificação do bairro, diminuição de becos e iluminação pública.</b>	<p>Em última instância, a solução definitiva para os problemas do bairro seria uma total requalificação urbanística. Não sendo possível esta solução num horizonte temporal de médio prazo, soluções pontuais podem ajudar a minimizar o problema da criminalidade, como a melhoria da iluminação no bairro. Maior engajamento dos moradores na identificação de elementos estranhos no bairro e maior contacto com as forças policiais.</p> <p>Em primeiro lugar recomendaria a iluminação pública e a criação de um sistema de alarme comunitário de forma avisar a Polícia local o mais rápido possível.</p> <p>Iluminação nos becos, mais participação da população nas denúncias, encontro frequente entre moradores e as autoridades locais de forma a colocarem as preocupações e por último colocar um posto avançado e permanente de polícia no interior do bairro.</p>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**

		<p>A melhoria da urbanização do bairro, de modo a prevenir o crime e facilitar a atuação da polícia em ocorrências, sobretudo aquelas urgentes, a minha opinião vai no sentido de a administração do bairro proceder a eliminação de becos, alargamento das ruas e por último o melhoramento de zonas degradadas.</p> <p>De modo a facilitar a atuação da polícia na prevenção e combate do crime, deve-se efetuar um trabalho árduo com a comunidade e as administrações locais no sentido de se criar políticas que dizem respeito a iluminação e melhoramento dos acessos ao bairro.</p> <p>Não minha visão, uma boa medida para mudar o quadro atual do bairro passa pela remodelação do bairro e em último lugar, tendo em conta que a prevenção e o combate a criminalidade são umas das principais responsabilidades polícia, esta deve melhorar as formas de atuação, mais policiamento e maior contacto com os moradores.</p>
--	--	--

#### Apêndice D - Resumo da análise categorial

**Na primeira categoria (A)**, procurou-se saber a opinião das autoridades locais, sobre a leitura ou perceção que têm sobre estrutura urbana do bairro Catambor, a realidade criminal, as áreas mais afetadas e os crimes mais praticados **A.1** O bairro está mal estruturado, quanto à criminalidade no bairro **A.2** A estrutura urbana do bairro tem sido uma das grandes causas da criminalidade, quanto as zonas mais afetadas e os crimes mais praticados **A.3** As zonas mais afetadas em termos criminais são os becos e, os crimes mais frequentes são os assaltos sobretudo à transeuntes e residências.

**Quanto a segunda categoria (B)**, procurou-se aferir dos entrevistados sobre as condições de iluminação pública no bairro **B.1** O bairro apresenta um grau de iluminação muito precário.

**Na terceira categoria (C)**, pretendeu-se apurar a existência ou não de um sistema de vídeo vigilância no interior do bairro **C.1** o bairro não dispõe de um sistema de vídeo vigilância.

**Na quarta categoria (D)**, procurou-se saber se os entrevistados conhecem o modelo CPTED **D.1** Nunca se ouviu falar deste modelo.

**Quanto a quinta categoria (E)**, se as forças de seguranças são solicitadas aquando da implementação de algum projeto ou estabelecimento **E.1** Em alguns casos sim mais, geralmente não somos solicitados.

**A sexta categoria (F)**, pretendeu recolher informações sobre o estado de acessos e endereços das residências, caso a polícia necessite para notificações ou cumprimento de mandados ordenados pelo tribunal **F.1** becos e falta numeração nas residências dificultam a entrega de notificações, cumprimento de mandados de detenção ou buscas.

**Quanto a sétima e última categoria (G)**, tencionou-se recolher das entidades opiniões sobre medidas que visam a melhorar as condições urbanísticas e facilitar a atuação da polícia **G.1** requalificação do bairro, diminuição de becos e iluminação pública.

Apêndice E - Quadro 2: Resumo dos princípios do modelo CPTED

Princípios do modelo CPTED	
<b>Vigilância natural</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Vigilância permanente em volta do espaço residencial ou outro, de modo a observar ou inibir a prática de comportamentos suspeitos;</li><li>▪ Presença de um considerável número de pessoas no espaço em causa com a implementação de atividades económicas ou recreativas, de modo a facilitar o maior controlo visual sobre o local, sobretudo em áreas de maior insegurança;</li><li>▪ Colocação de janelas de maior visibilidade para o exterior dos transportes maioritariamente públicos ou proceder-se a remoção de objetos, que visa melhorar a visibilidade de quem estiver no edifício para exterior.</li></ul>
<b>Controlo natural de acessos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Colocação de portas ou portões com fechaduras resistentes;</li><li>▪ Muros em espaços privados ou estabelecimentos comerciais que serve de barreira para intrusos;</li><li>▪ Colocação de um gabinete ou receção que permite controlar o acesso e saídas de um edifício estabelecimento.</li></ul>
<b>Reforço territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aplicação de barreiras físicas como muros, sinaléticas pavimentos e jardins devidamente cuidados, transmitindo aos residentes a ideia de pertença do espaço.</li></ul>
<b>Manutenção e gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manter a limpeza e conservação do espaço;</li><li>▪ Reparação de áreas degradadas.</li></ul>

(adaptado de DGAI, 2013)

**Apêndice F - Quadro 3: Resumo das medidas de prevenção situacional**

(adaptado de Cusson, 2011)

<b>I/ Vigilância e verificações</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Verificar que tudo fica bem fechado durante a noite e quando se sai de casa;</li><li>▪ iluminar interior e exteriormente a habitação;</li><li>▪ munir-se de um cão ou de um sistema de alarme;</li><li>▪ vigiar os bens;</li><li>▪ aparar as sebes, para impedir os assaltantes de aí se esconderem;</li><li>▪ - manter-se atento.</li></ul>
<b>II/ Obstáculos físicos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reforçar as portas;</li><li>▪ instalar fechaduras de qualidade;</li><li>▪ colocar barreiras, grades, etc.;</li><li>▪ instalar um alarme ou um dispositivo anti arranque no automóvel;</li><li>▪ comprar um cofre-forte.</li></ul>
<b>III/ Medidas para limitar os danos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Depositar o dinheiro no banco;</li><li>▪ substituir o dinheiro pelo cartão de crédito;</li><li>▪ marcar os bens;</li><li>▪ evitar deixar objetos de valor no automóvel;</li><li>▪ andar com o mínimo de dinheiro no bolso ou na mala.</li></ul>
<b>IV/ Solidariedade</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Sair acompanhado;</li><li>▪ manter contactos regulares com a família e amigos;</li><li>▪ manter bom relacionamento com os vizinhos;</li><li>▪ viver acompanhado.</li></ul>
<b>V/ Distância</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Evitar locais perigosos;</li><li>▪ mudar-se para um bairro seguro;</li><li>▪ na eventualidade de um «mau encontro», fugir;</li><li>▪ evitar sair à noite.</li></ul>
<b>VI/ Dissimulação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Evitar exhibir dinheiro em público;</li><li>▪ esconder joias e outros objetos preciosos;</li><li>▪ guardar as viaturas na garagem;</li><li>▪ mudar de número de telefone.</li></ul>



**Apêndice G - Quadro 4: Resumo dos modelos de policiamento**

<b>Modelos de policiamento</b>	
<b>Policiamento de proximidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encontro ou reuniões frequentes com a comunidade;</li> <li>▪ Dar satisfação às maiores preocupações colocadas pelos cidadãos (como a falta de iluminação nas ruas, lixo no chão;</li> <li>▪ Estabelecer encontro com escolas, igreja, administração local e idosos;</li> <li>▪ Fazer parceria com entidades públicas e privadas, e também com os cidadãos, para um trabalho mais partilhado e participativo.</li> </ul>
<b>Caraterísticas do modelo de policiamento de proximidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os agentes devem ser mais flexíveis e não, um mero representante da ordem ou aquele que impede o cometimento de crimes na via pública ou no seio da comunidade;</li> <li>✓ A polícia deverá antever os problemas que a comunidade possa vir ter, através de um sistema de vigilância e previsões que apela a participação dos moradores, na prevenção de crimes;</li> <li>✓ A polícia atua de várias formas quer proativa quer reativa, de acordo com a situação em causa, ou seja, não aplica uma única tática;</li> <li>✓ A polícia procura fortalecer cada vez mais maior contacto com a comunidade, através de patrulha apeada no interior do bairro, criação de postos móveis e a colaboração com coordenadores da comunidade;</li> <li>✓ Criação de políticas de prevenção virada para grupos mais vulneráveis como crianças e idosos;</li> <li>✓ Uma força de segurança mais descentralizada, em que a estrutura hierárquica incute aos agentes por exemplo, responsabilidade e autonomia para realizar atividades na sua área de jurisdição.</li> </ul>
<b>Policiamento Orientado pelas informações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recolha de dados ou notícias;</li> <li>▪ Análise;</li> <li>▪ Avaliação;</li> <li>▪ Difusão.</li> </ul>

**A influência do desenho urbano na criminalidade:  
contributos para a prevenção e combate do crime no bairro Catambor, Luanda - Angola**


<p><b>Policimento Orientado para o Problema</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- <b>Identificação:</b> nesta etapa, procede-se a identificação do problema, que pode feita não apenas pelos polícias mais também com a participação da própria comunidade;</li> <li>2- <b>Análise:</b> após a identificação do problema segue-se a sua análise e para tal, recorre-se à diversas fontes de informação, aos documentos policiais e a própria comunidade, sendo esta uma das fases mais importante deste modelo de policiamento;</li> <li>3- <b>Resolução:</b> depois de uma análise profunda do fenómeno criminal identificado, a fase da resolução é a etapa de aplicação da resposta estratégica encontrada para o problema. Assim, é necessário encontrar soluções para cada problema através por exemplo de estratégias de mediação, mobilização da comunidade, pela aplicação das leis e por políticas de prevenção da criminalidade (Skogan &amp; Brodeur <i>cit in</i> Oliveira, 2006);</li> </ol> <p><b>Avaliação:</b> Por último cabe aos decisores nesta fase, efetuar a avaliação dos resultados ou efeitos obtidos pelas estratégias de resolução implementadas ao problema (Skogan &amp; Brodeur <i>cit in</i> Oliveira, 2006).</p>
---	--

(adaptado de Oliveira, 2006)

## **ANEXOS**

---

Anexo 1 - Autorização para realização de entrevista

  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
POLÍCIA NACIONAL  
DIRECÇÃO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

AO  
COMANDO PROVINCIAL DE LUANDA/PN.  
LUANDA

000029 /007.3.J.50.052/2020.

**ASSUNTO: RECOLHA DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS E ENTREVISTAS.**

Respeitosos cumprimentos.


Para efeitos de recolha de informações atinentes a natureza e funcionamento do Vosso Órgão, com finalidade de produção de trabalho de fim do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Portugal, somos a comunicar que, foi autorizado o 3.º Subchefe **Fábio Roberto João Henriques**, a proceder a recolha de dados bibliográfico e entrevistas, pelo que solicitamos que lhe seja prestada a devida atenção.

Alta Consideração.

"PELA ORDEM E PELA PAZ, AO SERVIÇO DA NAÇÃO"


DNRH/PN, em Luanda, aos 3 / 1 /2020.

O DIRECTOR NACIONAL,  
**JOSÉ DOMINGOS MONIZ**  
\*\*COMISSÁRIO\*\*



02-01-2020 13:56:48  
Av.4 de Fevereiro n.º 206, 1.º andar, Luanda Telefone: (+244) 222339962 E-mail: dnrh-pn@gmail.com

Anexo 2 - Parecer do Comandante da 5ª Esquadra, para aplicação das entrevistas

  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
POLÍCIA NACIONAL  
CPL / COMANDO MUNICIPAL DE LUANDA  
5ª ESQUADRA DA MAIANGA

*1 - TC*  
*2 - Proceda em*  
*Conformidade.*  
*Lda 06.01.2020*  
*[Signature]*

AO  
COMANDO MUNICIPAL DE LUANDA  
= LUANDA =

S/Referência                      S/Comunicação                      N/Referência                      Data 06/01/2020.

08 / 5ªESQ./CML2020.

ASSUNTO: RECOLHAS DE DADOS BIOGRÁFICOS E ENTREVISTAS

Respeitosos cumprimentos.

Em anexo remete-se ao órgão em epígrafe os documentos para os devidos efeitos.

Sem outro assunto de momento, as nossas cordiais saudações.

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”

Luanda aos, 06 de Janeiro de 2020. -

O COMANDANTE DE ESQUADRA  
*[Signature]*  
MATEUS ADRIANO MANUEL VASCO  
\* SUBINSPECTOR \*

Elab: 5ª Esquadra

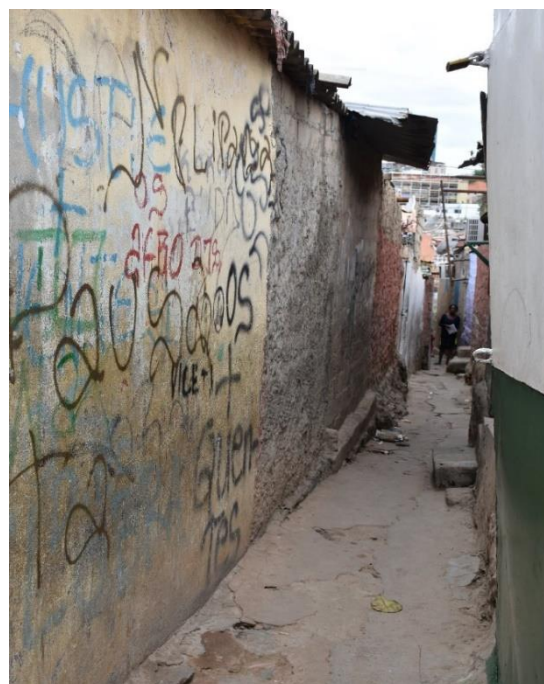
Anexo 3 - Figura 3: Entrada principal do bairro Catambor



*Fonte: Higinio Castro*



Anexo 4 - Figura 4: Becos de acesso ao bairro e residências



*Fonte: Higinio Castro*

Anexo 5 - Figura 5: Residências degradadas e abandonadas



*Fonte: Higino Castro*





*Fonte: Higinio Castro*